

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**Emigração qualificada portuguesa (2006-2015): Contexto,  
motivações e expectativas.**

**José Manuel da Costa Martins**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Orientador:

Doutor Nuno Manuel Ferreira Dias, Investigador do DINÂMIA'CET ISCTE-IUL.

Setembro 2016

## Dedicatória

Ao meu filho, André, que partiu para Espanha, em meados de 2007, e de sentida homenagem à memória do meu pai, emigrante no Brasil, nas décadas de 50 e 60 do século passado.

## **Agradecimentos**

À Prof<sup>a</sup> Doutora Helena Lopes pelo apoio na escolha desta temática;

À Prof<sup>a</sup> Doutora Fátima Suleman pela colaboração dispensada;

Ao Prof. Doutor Nuno Dias, meu orientador, pela disponibilidade sempre manifestada, informação disponibilizada e orientações transmitidas;

Ao meu irmão, Aires, pelas suas palavras encorajadoras para levar por diante este desafio;

À minha mulher e aos meus filhos, Rita e André, pela compreensão, incentivos e apoio nunca regateados;

Aos 201 participantes no questionário e aos 8 entrevistados deixo um caloroso e profundo reconhecimento pelos seus contributos, absolutamente decisivos para a realização deste trabalho.

## **Resumo**

A relevância atual da emigração portuguesa, evidente nas estatísticas, imprensa e academia, bem como a experiência migratória familiar e multigeracional, foram as razões principais que estiveram na origem deste trabalho.

Tem-se como principal objetivo estudar as dinâmicas recentes da emigração portuguesa, protagonizadas por contingentes com habilitações superiores. Serão observadas, mais em detalhe, as seguintes dimensões: a caracterização sociográfica dos fluxos migratórios, a partida de Portugal, o processo de integração no país de destino e as expectativas de regresso.

O trabalho empírico incide na captação das perceções da população emigrante qualificada, cuja primeira saída tenha ocorrido entre 2006 e 2015 – correspondente grosso modo aos anos da crise financeira e de maior intensidade migratória – por via da realização de oito entrevistas semiestruturadas e de duzentos e um inquéritos por questionário em plataforma on-line.

Os dados da nossa amostra por conveniência, portanto, não probabilística, mostram que, maioritariamente, a população inquirida é casada, sem filhos, com uma média de idades em torno dos trinta e dois anos, maioritariamente residente no distrito de Lisboa previamente à migração ocorrida por razões de ordem profissional e com emprego garantido no país de destino. Esta população trabalha por conta de outrem, avalia positivamente a sua vida nos contextos de receção, não tem prazo previsto de regresso e realizam, em média, três a quatro vezes viagens por ano a Portugal.

**Palavras-chave:** Emigração qualificada; Motivações de partida; Integração no estrangeiro; Expectativas de Regresso.

## **Abstract**

The current relevance of Portuguese emigration, evident in the statistics, press and academia, as well as family and multigenerational migratory experience, were the main reasons that led to this work.

It has as main objective to study the recent dynamics of Portuguese emigration, starring quotas with higher qualifications. Will be observed in more detail, the following dimensions:

sociographic characterization of migratory flows, the departure of Portugal, the process of integration in the host country and return expectations.

The empirical work focuses on capturing the perceptions of skilled emigrant population, whose first output occurred between 2006 and 2015 - corresponding roughly to the years of the financial crisis and higher migration intensity - through the holding of eight semi-structured interviews and two hundred and one questionnaire surveys in the online platform.

The data of our convenience sample therefore non-probabilistic, show that mostly the reporting population is married, with no children, with an average age around thirty-two, mostly resident in the Lisbon district prior to migration occurred for reasons of professional order and guaranteed employment in the destination country. This population works for others, positively evaluates his life in the receiving contexts, without return deadline, and travelling back to Portugal, on average, three to four times a year.

Keywords: Emigration qualified; starting Motivations; Integration abroad; Expectations Return.

# Índice

Introdução .....	1
Capítulo I - Enquadramento teórico.....	4
1. Fluxos migratórios .....	4
2. Caracterização .....	7
3. Causas da emigração .....	12
4. O processo de integração.....	14
5. Consequências .....	15
Capítulo II - Metodologia.....	18
Capítulo III - Apresentação de resultados .....	19
1. Dados qualitativos .....	19
2. O inquérito.....	23
2.1 Caracterização sociográfica.....	23
2.2 Ida para o estrangeiro .....	27
2.3 Ligações com Portugal .....	32
2.4 Integração no país estrangeiro.....	35
2.5 Regresso a Portugal .....	43
2.6 Antecedentes de emigração, formação e atividade profissional dos pais .....	46
Capítulo IV - Conclusões .....	51
Referências Bibliográficas .....	55
Anexos .....	57

## Índice de Quadros

<i>Quadro I.1 - Qualificações escolares dos emigrantes portugueses com 15 anos ou mais, residentes nos países da OCDE, censos 2000/01 e 2010/11 .....</i>	<i>10</i>
<i>Quadro I.2 - População residente em Portugal com 15 e mais anos com nível de escolaridade superior (em milhares) .....</i>	<i>10</i>
<i>Quadro I.3 - Nº de diplomados em estabelecimentos do ensino superior com especializações e doutoramentos.....</i>	<i>12</i>
<i>Quadro III.1 - Formação superior complementar por sexo (n=186).....</i>	<i>27</i>
<i>Quadro III.2 - Razões da saída de Portugal (n=186).....</i>	<i>30</i>
<i>Quadro III.3 - Dificuldades de integração no país estrangeiro .....</i>	<i>36</i>
<i>Quadro III.4 - Motivações para o regresso .....</i>	<i>44</i>
<i>Quadro III.5 - Situações que condicionam o regresso a Portugal .....</i>	<i>45</i>

## Índice de Figuras

<i>Figura I.1 - Estimativa das saídas totais de emigrantes portugueses, 2006-2015</i> .....	6
<i>Figura I.2 - Entrada de portugueses no Reino Unido e em Espanha, 2006-2014</i> .....	7
<i>Figura III.1 - Sexo (n=186)</i> .....	23
<i>Figura III.2 - Faixas etárias (n=186)</i> .....	24
<i>Figura III.3 - Situação familiar (n=185)</i> .....	24
<i>Figura III.4 - N° de filhos (n=180)</i> .....	25
<i>Figura III.5 - Distrito de residência em Portugal antes de emigrar (n=186)</i> .....	25
<i>Figura III.6 - Áreas de licenciatura (n=180)</i> .....	26
<i>Figura III.7 - Anos de partida (n=186)</i> .....	28
<i>Figura III.8 - País de destino (n=186)</i> .....	29
<i>Figura III.9 - Mudança de país estrangeiro após a 1ª saída (n=186)</i> .....	32
<i>Figura III.10 - Meios de comunicação utilizados (n=186)</i> .....	33
<i>Figura III.11 - Frequência de comunicações com Portugal (n=186)</i> .....	34
<i>Figura III.12 - Regularidade de envio de remessas para Portugal (n=177)</i> .....	34
<i>Figura III.13 - Partida para o estrangeiro (n=186)</i> .....	35
<i>Figura III.14 - Como se considera no país estrangeiro (n=186)</i> .....	37
<i>Figura III.15 - Como se sente no país estrangeiro (n=186)</i> .....	37
<i>Figura III.16 - Situação profissional (n=186)</i> .....	38
<i>Figura III.17 - Atividade profissional (n=185)</i> .....	39
<i>Figura III.18 - Caracterização da dimensão da empresa onde trabalham (n=163)</i> .....	40
<i>Figura III.19 - Rendimentos anuais líquidos (n=160)</i> .....	41
<i>Figura III.20 - Ocupação dos tempos livres (n=186)</i> .....	42
<i>Figura III.21 - Partilha de casa (n=186)</i> .....	42
<i>Figura III.22 - Contactos com entidades oficiais portuguesas</i> .....	43
<i>Figura III.23 - Prazo previsto de regresso (n=186)</i> .....	44
<i>Figura III.24 - Antecedentes de emigração na família (n=186)</i> .....	46
<i>Figura III.25 - Nível de instrução do pai (n=187)</i> .....	47
<i>Figura III.26 - Nível de instrução da mãe (186)</i> .....	47
<i>Figura III.27 - Atividade profissional dos pais (n= 180)</i> .....	49



## Introdução

Em Portugal a emigração voltou a ser, nos últimos anos, um fenómeno amplamente significativo do ponto de vista das implicações sociais, económicas, políticas e demográficas. Esta questão tem marcado a agenda mediática com destaques frequentes na imprensa<sup>1</sup>. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) registaram-se 586 331 saídas de portugueses para o estrangeiro, no período compreendido entre 2011 e 2015. Destas, 59% são temporárias (inferiores a um ano). Especificamente, o Relatório Estatístico de 2015 do Observatório da Emigração mostra-nos que a percentagem de emigrantes portugueses com habilitações superiores a residir nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) quase duplicou, passando de 6% em 2001 para 11% em 2011.

Esta nova realidade de aumento dos fluxos emigratórios, muito particularmente de jovens qualificados, contribuiu para que a emigração, mais do que a imigração, ocupasse os espaços de discussão nos mais diversificados fóruns e tenha reconquistado a atenção de muitos investigadores. Tem preenchido, também, com regularidade, o debate político, por exemplo na discussão sobre o Orçamento de Estado de 2016 e, mais concretamente, o desenho de políticas públicas como foi o caso do programa “Valorização do Empreendedorismo Emigrante (VEM)”, criado em julho de 2015 com o objetivo de apoiar o regresso de emigrantes a Portugal.

A relevância e atualidade da emigração e o seu impacto global, nomeadamente em termos demográficos, em conjunto com uma história familiar marcada, no passado e no presente, pela experiência migratória, formaram o quadro de motivação para a investigação que aqui apresentamos.

---

<sup>1</sup> “Portugal é o 12º país do mundo com mais emigração” (Público, 2015.10.28); “Portugal volta a ser país de emigração” (Visão, 2015.11.02); “Governo trava programa VEM para emigrantes” (Observador, 2016.01.08); “Nunca houve tantos portugueses emigrados” e “Qualificados duplicaram” (Expresso, 2016.4.02); “O saldo migratório melhorou ligeiramente, apesar de continuar negativo pelo quinto ano consecutivo. Entre os portugueses que saem por mais de um ano (emigração permanente) e os estrangeiros que entram, o país registou, em 2015, um saldo negativo de 10 481 pessoas” (Público, 2016.06.17).

Partimos para este trabalho com o intuito de melhor perceber o fenómeno da emigração e com a vontade de procurar resposta, fundamentalmente, a três perguntas: um **Porquê?** um **Como?** e um **Quando?** Por outras palavras, que fatores explicam a decisão de uma população jovem e qualificada de deixar o seu país de origem, a sua família e os seus amigos e partir para um mundo desconhecido? Como se incorporam e como se sentem nos contextos de receção? Quais as suas perspetivas de regresso a Portugal e o que determina esse quadro de expectativas?

Como objetivo geral propomo-nos compreender os principais fatores determinantes das dinâmicas recentes da emigração portuguesa, entre 2006 e 2015, protagonizadas por contingentes com habilitações superiores. Como objetivos específicos a observação, em detalhe, da sociografia dos fluxos migratórios recentes de jovens qualificadas/os, a identificação do painel das razões para este quadro migratório, o modo de incorporação nas sociedades de acolhimento e a compreensão das expectativas relativamente a um eventual regresso ao país de origem.

Para concretizar este projeto optámos por uma metodologia combinada. Após a consulta, recolha e sistematização dos números oficiais e da literatura sobre o tema avançámos para a construção dos guiões. Numa primeira fase realizámos oito entrevistas semiestruturadas, três presencialmente e cinco via Skype, a emigrantes residentes em cinco países: Inglaterra, Espanha, Alemanha, Suíça e Angola. Numa segunda fase aplicámos um inquérito por questionário com recurso à utilização da plataforma *on-line SurveyMonkey* com respostas válidas de vinte e seis países.

Para além da introdução, o trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo é dedicado ao enquadramento do fenómeno migratório na literatura académica e às ferramentas utilizadas para a interpretação dos dados a recolher. O segundo capítulo apresenta em detalhe o plano e as opções metodológicas. No terceiro capítulo apresentamos os resultados de acordo com as dimensões de análise selecionadas. No quarto capítulo surgem as principais conclusões com referência também às principais limitações e dificuldades sentidas ao longo da execução da pesquisa.

Em anexo incluimos um conjunto de documentos com informação relevante para a compreensão do trabalho mas cuja economia do texto principal exclui do seu corpo. O primeiro documento sintetiza o perfil dos oito entrevistados; o segundo é o modelo de inquérito por questionário que elaborámos; e os seguintes dizem respeito às tabelas utilizadas

para o tratamento estatístico dos dados, nomeadamente os respeitantes às questões de resposta em aberto, a formação académica dos respondentes e as atividades profissionais, tanto destes como dos seus pais.

## **Capítulo I - Enquadramento teórico**

Neste capítulo temos como principal objetivo enquadrar a problemática migratória a partir da literatura específica e relacioná-la, na medida das nossas possibilidades interpretativas, com os movimentos específicos ocorridos em Portugal.

### **1. Fluxos migratórios**

Segundo Castles (2005: 2) os movimentos populacionais fazem parte da história da humanidade e são determinados por múltiplas razões, tais como o crescimento demográfico, as alterações climáticas, as necessidades económicas e as guerras. As migrações provocam acentuadas mudanças, quer nos países de origem, quer mesmo nos de acolhimento e muitos deles ou são países de emigração ou de imigração ou as duas coisas, como é o caso de Portugal.

Apesar da importância dos fluxos migratórios nos finais do séc. XIX e no início do séc. XX, a temática das migrações, tanto no que respeita a movimentos internos para as zonas mais desenvolvidas, como no que se refere aos movimentos migratórios transoceânicos, só nas últimas décadas mereceu grande atenção por parte dos investigadores (Peixoto, 2004). Ravenstein, geógrafo e cartógrafo anglo-germânico, foi pioneiro no estudo das migrações e, no final do séc. XIX, apresenta um primeiro conjunto de leis, produzidas com base na observação de regularidades e padrões dos principais fluxos populacionais no Reino Unido: a maioria dos migrantes percorre pequenas distâncias; cada fluxo de migração gera um retorno ou contra emigração; as famílias são menos propensas a migrar do que os adultos jovens; os migrantes que se deslocam de longas distâncias preferem escolher as grandes cidades como destino; os naturais do meio rural emigram mais do que os dos meios urbanos; a maioria dos migrantes é adulta; as grandes cidades crescem mais pela migração do que pelo crescimento natural e as principais razões das migrações são económicas. Algumas destas 'leis' continuam a representar premissas válidas para o estudo das migrações (Marques, 2008: 56-57).

Segundo estatísticas publicadas pelas Nações Unidas, e sem contar com os fluxos migratórios não regularizados, em 1990 havia 154 milhões de migrantes internacionais, em todo o mundo e, em 2000, 175 milhões. Esta mudança corresponde a um aumento de 14% e representa cerca de 3% da população global. Na Europa o número de imigrantes passou de 48 milhões em

1990 para 56 milhões em 2000, representando um crescimento de 16% e na América do Norte passou de 28 para 41 milhões, entre 1990 e 2000, registando um crescimento de 48%.

Em Portugal, os indicadores estatísticos comprovam que os fluxos emigratórios nunca deixaram de ser expressivos (Peixoto, 2012). Se para João Teixeira Lopes (2014) Portugal se reconhece como nação de emigrantes tendo a emigração como parte da sua história, também para Góis e Marques (2016: 25) Portugal “foi sempre um país de emigração... e a vida portuguesa ainda é indissociável do fenómeno emigratório”, e continua, hoje, a ser um país de emigração e imigração para além de um país de trânsito e de escala para muitos migrantes. Um país que tem na emigração uma condição estrutural da sua sociedade tanto quanto continuará a precisar dos imigrantes.

Em 1415, os portugueses começam a sair para Ceuta. Em 1420 e 1425 para as ilhas dos arquipélagos de Porto Santo e da Madeira, respetivamente. E em 1427 para os Açores (Garcia, 1998). Desde a colonização da Madeira, em 1425, a emigração tem sido uma constante na história de Portugal, mas o fenómeno migratório acentua-se, sobretudo, a partir da 2ª metade do século de oitocentos, com a independência do Brasil em 1822 (Serrão, 1970).

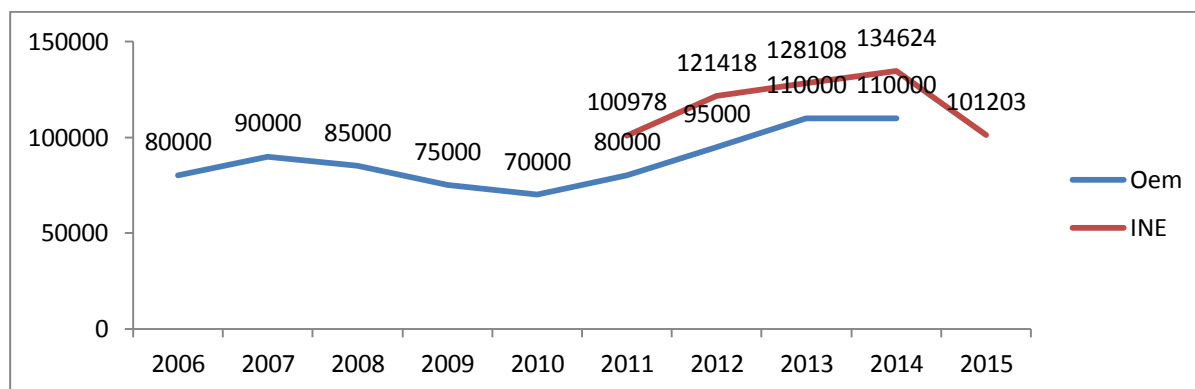
No séc. XVI, os portugueses emigravam maioritariamente para a Índia e para o Brasil, tendo este último país representado o principal destino no séc. XVII e XVIII, situação que se manteve até às primeiras décadas do século XX, período em que o Brasil continua a ser a primeira opção de destino dos emigrantes portugueses, mas a partir de 1915 começa a diminuir o número de partidas para o Brasil e a surgir o interesse pela Europa, pela Argentina e pelos Estados Unidos da América (Garcia, 1998). No período entre 1900 e 1988 saíram para o estrangeiro aproximadamente 3,5 milhões de portugueses. Destes 25% estima-se terem saído de forma ilegal. Há dois ciclos migratórios a registar: um transatlântico até meados dos anos 50 e o outro intraeuropeu dos anos 60 até fins dos anos 70 do século passado.

No período de 1950 a 1988, a França e a Alemanha foram o destino de 59% do fluxo migratório português, representando o Brasil, os Estados Unidos e o Canadá 30% (Baganha, 1994: 960). A França, em 1963, ultrapassa o Brasil como principal destino de emigração e, para além daqueles dois países, outros foram, também, destino, destacando-se, a Espanha, a Suíça, a Bélgica, a Holanda, o Reino Unido, os Países Nórdicos e o Luxemburgo – neste último os portugueses chegam a representar um terço da população (Garcia, 1998).

Segundo dados do Observatório da Emigração (Pires, 2015) havia, em 2010, 2 300 000 portugueses emigrados. Aproximadamente 20% da população residente o que coloca Portugal na 22ª posição do ranking global dos países com maior percentagem de emigrantes por total da população e na segunda posição entre os países da União Europeia.

Na figura I.1, apresentam-se os dados relativos ao total de emigrantes portugueses, nos anos de 2006 a 2015, disponibilizados pelo Observatório da Emigração e pelo INE<sup>2</sup>, e que englobam a emigração total (permanente<sup>3</sup> e temporária<sup>4</sup>). Verifica-se que a emigração portuguesa diminuiu entre 2008 e 2010, voltando a crescer em 2011 e, de novo, a diminuir em 2015 e que os anos com maiores volumes de saída foram os de 2013, 2014, 2012 e 2007 e com menor valor o de 2010. Segundo Peixoto *et al.* (2016: 36) estas mudanças decorrem da crise internacional, com início em 2008, que contribuiu para a diminuição das saídas, de novo, retomadas, a partir de 2011, com o agravamento da situação em Portugal e as melhores perspectivas económicas e de emprego verificadas nos países de destino.

Figura I.1 - Estimativa das saídas totais de emigrantes portugueses, 2006-2015



Fonte: Dados do Observatório da Emigração (2015) e INE

A partir de 2010, há uma alteração nos destinos mais significativos da emigração portuguesa, passando o Reino Unido a ocupar o primeiro lugar, a Suíça o segundo, a Alemanha o terceiro,

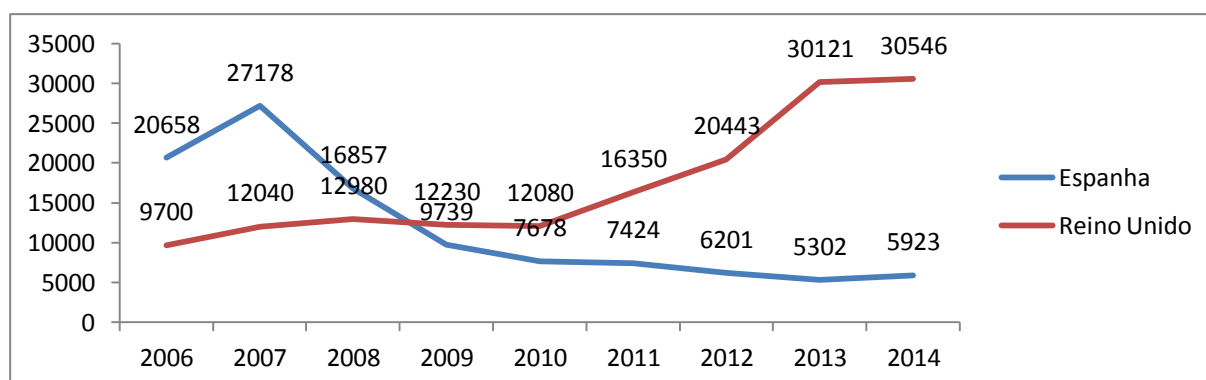
<sup>2</sup> O INE apenas tem dados totais disponíveis a partir de 2011 e no Relatório do Observatório da Emigração não constam dados sobre ano de 2015.

<sup>3</sup> Emigrante Permanente: Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou com a intenção de residir noutro país por um período contínuo igual ou superior a um ano (INE).

<sup>4</sup> Emigrante Temporário: Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, tendo permanecido no país por um período contínuo de pelo menos um ano, o deixou, com a intenção de residir noutro país por um período inferior a um ano (INE).

descendo a Espanha para o quarto lugar (Garcia, 1998). De destacar que dos portugueses que foram para o Reino Unido, após 2011, principalmente jovens entre os 25 e os 34 anos, há uma percentagem com habilitações de nível superior mais acentuada do que a verificada para outros destinos. Visualiza-se na figura I.2 a alteração de destinos para Espanha e para o Reino Unido, que se verificou a partir de 2007. Os últimos dados disponibilizados pelo INE mostram, no entanto, que a emigração portuguesa para Espanha está de novo a crescer, havendo 6 638 portugueses que partiram para aquele país, em 2015, contra 5 923, em 2014 (Vidigal, 2016). Também Peixoto, João e Isabel Tiago de Oliveira, Joana Azevedo, Pedro Candeias e Gonçalo Lemaitre, in (Peixoto *et al.* 2016: 37) se referem à Espanha e ao Reino Unido como sendo dois destinos com grande peso na “nova emigração portuguesa”, acrescentando que no período entre 2003 e 2007 a Espanha foi muita atrativa para a emigração portuguesa, sobretudo devido ao dinamismo do setor da construção civil em ambos os países.

Figura I.2 - Entrada de portugueses no Reino Unido e em Espanha, 2006-2014



Fonte: Observatório da Emigração (2015)

## 2. Caracterização

Segundo Anido e Freires (1978: 30), o número de emigrantes do sexo masculino, exceto no ano de 1968, foi sempre superior ao do sexo feminino e os ciclos emigratórios são, habitualmente, caracterizados por uma primeira fase predominantemente masculina a que se segue um período de reagrupamento familiar, em que predomina o sexo feminino, período este que demora entre três a cinco anos, após o emigrante se radicar. Para Castles (2005: 23 e 29) aproximadamente 48% dos migrantes internacionais eram mulheres, ultrapassando os homens em cerca de um quarto dos países recetores e Oliveira (2007) também refere que habitualmente os movimentos migratórios se verificam com maior expressão no sexo masculino. Para Peixoto, João e Isabel Tiago de Oliveira, Joana Azevedo, Pedro Candeias e

Gonçalo Lemaitre in (Peixoto *et al.* 2016: 51) a distribuição por sexos é mais equilibrada nos países europeus, embora com uma ligeira superioridade para as mulheres, com percentagens entre os 51% e os 56%, verificando-se situação contrária nos países fora da Europa onde a percentagem de homens é maior, variando entre os 63% e os 65%.

Baganha (1994) considera que sabemos quantos partiam para o estrangeiro mas pouco sabemos sobre quem partiu e que a emigração portuguesa foi durante o século XX, essencialmente composta por pessoas com poucas ou nenhuma qualificações profissionais ou técnicas. Garcia (1998: 57-58) faz notar que, até aos anos 30 do século passado, o emigrante que partia para os Estados Unidos era maioritariamente do sexo masculino, solteiro, tinha entre 16 e 29 anos e sem qualquer qualificação e que a população migrante portuguesa, durante os anos 50, era predominantemente, também, do sexo masculino (60%), pobre, de condição humilde, em idade ativa, com baixas qualificações escolares, solteira, mas, a partir de 1963, a % de casados passou para 57,5%, que era relativamente jovem, com uma faixa etária entre os 15 e os 34 anos, na década de 50 a representar 61,1%, na de 60 com 48,6%, na de 70 com 50,5% e entre 1950 e 1988 representado 52,8 % e que grande parte trabalhava no setor primário, o qual, na década de 60 representava 27%, o secundário 20,3% e o terciário 6,6%, setor este que nos anos de 80 atingiu os 6,9%.

Segundo os dados do INE/Pordata, de 2015-06-26, a população residente em Portugal, em 2011, era de 5 046 600 homens e 5 515 578 mulheres e os dados de 2016-06-16, sobre emigrantes na sua globalidade, por tipo e sexo, mostram que, para o mesmo ano de 2011, há um maior número de emigrantes portugueses (permanentes e temporários) do sexo masculino do que do feminino, sendo 71 287 homens contra 29 691 mulheres. No que concerne apenas à emigração permanente, verifica-se que, naquele ano de 2011, emigraram 31 329 homens e 12 669 mulheres e, em 2015, 26 806 homens e 13 571 mulheres. Idêntica situação de maior emigração permanente de homens do que de mulheres se regista também nos restantes anos em análise de 2006 a 2013. Os dados sobre a idade média no primeiro casamento em Portugal, também do INE/Pordata, de 2016-06-20, mostram que a idade média no primeiro casamento, nos anos de 2006 a 2015, ocorre aos 30 anos, sendo para as mulheres, aos 29,2 anos e para os homens aos 30,8 anos e a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, em 2014, é aos 30 anos e na Europa aos 30,4 anos.

Relativamente às qualificações é de salientar que a grande percentagem dos emigrantes tinha um nível habilitacional médio baixo. A maior parte concluiu apenas 3 anos de escolarização e



os analfabetos representavam 16% dos emigrantes com idades superiores a 7 anos. As estatísticas oficiais mostram que a percentagem total de emigrantes analfabetos oscilava entre 5,4% em 1973 e 20,2% em 1967 (Anido e Freire, 1978: 36). Um relatório do Banco Mundial, sobre o fenómeno da fuga de cérebros, conclui que Portugal é o país europeu de média/grande dimensão mais afetado pela saída de licenciados e quadros técnicos, acompanhando uma tendência mundial, desde finais do século passado, de crescimento do fluxo de imigrantes qualificados a um ritmo anual de 800 mil pessoas e estudos da OCDE estimam que, em Portugal, cerca de 20% dos diplomados saem do país, tendo Portugal uma das mais altas taxas do chamado “brain-drain”, só ultrapassada, na OCDE, pela Irlanda que tem valores mais elevados (Amaral, 2013).

Cogo e Badet (2013:35 *in* Lopes, 2014), consideram que “a noção de migração qualificada abriga uma perceção dominante que tende a definir os migrantes principalmente como os que têm braços e mãos (denominados comumente de migração laboral ou económica) ou como que têm cérebro, denominados de migração de talentos, migração altamente qualificada, fuga ou drenagem de cérebros, sendo os primeiros necessários e os segundos desejados”. Para Lopes (2014) a maioria da emigração portuguesa continua a ser caracterizada pela baixa escolaridade, embora superior à de anteriores vagas, em resultado da expansão da escolaridade obrigatória e Doquier, Lobet e Marfouk (2007 *in* Cerdeira, 2015) estimavam que 19,5% de “trabalhadores com grau académico superior emigraram nos últimos anos” e que Portugal “tinha perdido 1/5 da sua força de trabalho mais qualificada”. A transformação da emigração nos últimos anos é, evidentemente, uma consequência das transformações nas estruturas sociais do próprio país. Neste sentido o aumento de saídas de população diplomada portuguesa para o estrangeiro correlaciona-se com o crescimento do nível de escolaridade do ensino superior, que se tem verificado em Portugal (Lopes, 2014). Ainda no início da década de 80 os dados sobre os portugueses que regressavam a Portugal indicam que 92 % tinham a escola primária e apenas 1% registava frequência do ensino superior (Silva *et al.* 1984 *in* Baganha, 1994).

Infer-se pelo relatório estatístico do Observatório da Emigração (Pires *et al.* 2014) que o grupo dos emigrantes portugueses residente nos países da OCDE que mais cresceu entre 2000/01 e 2010/11 foi o dos que têm ensino superior (87,5%), passando de 6,2 % na totalidade da emigração para 9,9%, conforme se visualiza no quadro I.1.

*Quadro I.1 - Qualificações escolares dos emigrantes portugueses com 15 anos ou mais, residentes nos países da OCDE, censos 2000/01 e 2010/11*

Nível de escolaridade	Censos 2000/01		Censos 2010/11		Crescimento
	Nº	%	Nº	%	%
Ensino básico	847 011	67,2	900 915	61,2	6,4
Ensino secundário	294 899	23,4	404 409	27,5	37,1
Ensino superior	77 790	6,2	145 833	9,9	87,5
Desconhecido	40 129	3,2	20 487	1,4	-48,9
Total	1 259 829	100	1 471 644	100	16,8

Fonte: Observatório da Emigração (2014)

Castles (2005) considera que a maioria dos governos facilita a entrada de imigrantes qualificados nos seus países, dadas as suas competências e o seu valor acrescentado sem necessidades de investimentos em formação, mas tem posições diferentes relativamente aos desqualificados, cujas entradas e permanência são dificultadas. Cerdeira (2015) entende que a saída de “cérebros” que alguns países como Portugal enfrentam, carece, de ser objeto de cuidada análise face às consequências daí resultantes para os países de origem.

Em 2006, a população residente em Portugal com 15 e mais anos de idade, com nível de escolaridade de ensino superior era de 886 200, o que representava 10,0% do total da população - 8 859 800 - e, em 2015, passou para 1 519 200, ou seja 17,1% do total da população - 8 866 200 -, conforme se apresenta no quadro I.2.

*Quadro I.2 - População residente em Portugal com 15 e mais anos com nível de escolaridade superior (em milhares)*

Anos	Total da população	Com ensino superior	%
2006	8 859,8	886,2	10,0
2007	8 893,0	910,9	10,2
2008	8 921,5	953,9	10,7
2009	8 941,2	994,0	11,1
2010	8 965,4	1 055,2	11,8
2011	8 970,5	1 186,1	13,2

Anos	Total da população	Com ensino superior	%
2012	8 947,5	1 280,3	14,3
2013	8 911,9	1 336,2	15,0
2014	8 883,4	1 462,1	16,5
2015	8 866,2	1 519,2	17,1

Fonte: INE/ Pordata, 2016.02.11

Dos alunos matriculados no ensino superior em 2011 pode observar-se que há mais mulheres do que homens, tanto no ensino universitário como no Politécnico: 121 294 homens no universitário e 63 333 no politécnico, contra 132 264 mulheres no universitário e 79 377 no politécnico (INE/Portada, 2015-11-07) e no que diz respeito aos diplomados no ensino superior constata-se que, no mesmo ano de 2011 há, também, mais mulheres do que homens a concluírem o ensino universitário e politécnico: 47 131 mulheres para 31 654 homens (INE/Pordata, 2015-09-16). Esta realidade de haver mais mulheres do que homens a frequentar e a concluir o ensino superior é, segundo Gomes (2015), um dos fatores explicativos da feminização dos fluxos migratórios qualificados.

Relativamente à formação académica importa salientar ainda que os dados sobre os “diplomados do ensino superior: total e por áreas de educação e formação – Portugal” mostram que, nos anos de 2006 a 2014, as áreas de formação com mais diplomados são as das “Ciência Sociais, Comércio e Direito” com 210 412, o que representa 29,9 % do total de diplomados naqueles anos, a que se segue a área da “Saúde e Proteção Social”, com 144 293 naqueles mesmos anos, representando 20,3% do total de diplomados (INE/Pordata, 2015-09-16). Por sua vez, nas respostas ao questionário aos emigrados com ensino superior, aplicado no âmbito da pesquisa “BRADRAMO – Êxodo de competências e mobilidade académica de Portugal para a Europa” (Cerdeira, 2015), obteve-se uma distribuição por área na qual 35% dos inquiridos são provenientes da área das “Ciências, Matemática e Informática”, 20% da área das “Ciências Sociais, Comércio e Direito”, 17% da área “Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção” e 11% da área da “Saúde e Proteção Social”.

Quanto à formação superior complementar, os dados do Ministério da Educação e Ciência evidenciam que desde 2012 se continua a assistir ao aumento do número de diplomados do ensino superior com o grau de doutoramento e, pelo contrário, à diminuição de diplomados com especializações/pós-graduações, como se visualiza no quadro I.3.

*Quadro I.3 - Nº de diplomados em estabelecimentos do ensino superior com especializações e doutoramentos*

Anos	Especializações	Doutoramentos
2004/05	1 914	998
2005/06	2 619	1 094
2006/07	2 735	1 269
2007/08	2 470	1 285
2008/09	2 710	1 267
2009/10	3 607	1 414
2010/11	3 303	1 608
2011/12	2 376	1 859
2012/13	1 952	2 464
2013/14	1 777	2 503
Total	25 463	15 761

Fonte: Site da DGEEC/MEC: Estatísticas do Ensino Superior

A análise sobre “Doutoramentos realizados em Portugal ou no estrangeiro e reconhecidos por universidades portuguesas: total e por sexo”, permite, também, observar que, no conjunto dos anos de 2006 a 2013 (anos disponíveis), foi conferido o grau de doutor a 7 571 mulheres e a 6 715 homens, o que corresponde, respetivamente, a 53% e 47% do total de Doutoramentos (DGEEC, MCTES, Pordata).

### **3. Causas da emigração**

Para Joel Serrão (1970: 612) a emigração portuguesa é consequência natural do “baixo nível médio de vida, efeito, por seu turno, de um lento crescimento económico, do qual são índices seguros a curva da nossa industrialização e o predomínio no conjunto nacional das atividades agrárias, que mobilizam percentagens excessivas de população”. Outras interpretações, como a de Anido e Freires (1978: 12), referem-se à saída para o estrangeiro como sendo o reflexo de uma tradição histórica “de um povo marcado pela fatalidade e condenado a partir continuamente, a abandonar a sua terra natal para partir à busca e conquista do desconhecido...consideram a emigração portuguesa como um facto absolutamente normal, uma escolha natural, como uma maneira de ser”, e “a ambição e o desejo de enriquecer e de ter um poder incentivaram os portugueses a partir”. Garcia (1998) considera que, para além das razões económicas e da procura de um salário melhor – mesmo em trabalhos desqualificados, sem condições de segurança e circunstâncias habitacionais precárias, como era o caso dos “bidonvilles” em França – também a fuga à guerra colonial e as razões políticas foram causas da emigração portuguesa.

Segundo Castles (2005: 21-23), a principal causa das migrações tem a ver com a diferença dos “níveis de rendimentos, de emprego e de bem-estar” e na ótica da teoria económica neoclássica a emigração decorre de um esforço de cada sujeito na busca de maiores rendimentos, enquanto para a “nova economia das migrações laborais” as migrações se explicam pelas diferença de rendimentos entre os países, mas também por outros fatores como sejam “ a oportunidade de encontrar um emprego, a disponibilidade de capital para iniciar uma atividade empresarial e a necessidade de gerir riscos a longo prazo (Portes, 1999).

Marques (2008: 57), entende que há regiões do País em que existe uma cultura migratória que incentiva a emigração, o que é facilitado pelo aparecimento de redes sociais que fazem a articulação entre os locais de origem e de destino dos emigrantes e Manuela Aguiar, por sua vez, considera que, no passado, os emigrantes queriam “fugir à pobreza”, “dar educação aos filhos”, “ter uma vida confortável”, “fazer a sua casa”, percorrer um “caminho de ascensão” e para aquela ex-governante, o motivo principal da emigração atual continua a ser o mesmo, “procura de trabalho”, com uma “remuneração mais justa” e acrescenta que “a maioria das pessoas vai porque efetivamente desesperou de encontrar o lugar na sua terra”, (Pedroso, 2012).

Peixoto (2004: 15), enfatiza, também, os fatores materiais, como sendo a principal razão para a saída, mas acrescenta que só há movimentos migratórios quando os custos são inferiores aos benefícios e mesmo que tais custos sejam superiores no curto prazo o migrante acredita que no futuro o seu agregado familiar virá a usufruir de melhores rendimentos e no entendimento de Lopes (2014) e de Gomes (2015) as principais razões para a emigração dos portugueses, prendem-se com questões profissionais e económicas, tais como a dificuldade de progressão na carreira, os obstáculos à aquisição de casa própria e a iniciação de um projeto familiar, desvalorizando os fatores de tradição como variável explicativa. Segundo Peixoto, João e Isabel Tiago de Oliveira, Joana Azevedo, Pedro Candeias e Gonçalo Lemaitre *in* (Peixoto *et al.* 2016: 56) as três principais causas para a saída de portugueses são “ a falta de perspetivas de carreira”, “ a procura de novas experiências “ e “a falta de futuro em Portugal”, embora tal importância dependa do país de destino.

A nosso ver, também, a globalização da economia, bem como a reforma introduzida pelo processo de Bolonha, com muitos estudantes portugueses a fazerem estágios, no âmbito do programa Erasmus, em diferentes países estrangeiros, permitindo-lhes estabelecer

convivências com diferentes culturas e conhecer outras realidades sociais e económicas, poderão, igualmente, concorrer para a dinâmica destes fluxos migratórios.

#### **4. O processo de integração**

Para Portes (1999: 24) a integração nos países de destino depende do “ grau de instrução” da “ experiência laboral” e do “ envolvimento no contexto social” e para Carmo e Simões (2009: 187) as novas tecnologias de informação e da comunicação, bem como a oferta de meios de transporte mais diversificados e com custos reduzidos vieram possibilitar aos emigrantes estabelecer contatos frequentes com a família e fazer deslocações regulares aos seus países de origem e estas facilidades, propiciaram, em nosso entender, melhores condições de bem-estar para a integração nos países de destino. Amaral e Marques (2013: 20), dão nota que, por parte do poder político, em Portugal, há uma perspetiva positiva sobre a capacidade de integração dos emigrantes, sobretudo quando se trata de emigrantes qualificados, que se adaptam bem às mudanças e partem com a vontade de vencer, visão esta que não é coincidente com a dos políticos dos países de acolhimento que “ alertam” para problemas de integração relacionados, designadamente, com o domínio da língua e com falta de informação.

Peixoto (2015: 186 e 191), tendo por base os resultados das entrevistas realizadas a emigrantes portugueses, chegados ao Brasil depois de 2004, muitos deles com habilitações de nível superior, refere que a grande maioria entrou no país com visto de turista e debateu-se com algumas dificuldades de integração, desde conseguir um trabalho e obter a sua regularização, encontrar casa para arrendar e fazer o contrato de arrendamento, ter acesso à educação e aos sistemas de saúde, obter o visto e a validação das habilitações académicas e, também, a questão da língua, sobretudo por causa do sotaque e da escrita e a burocracia do Estado. Todos estes fatores, mesmo entre uma população com qualificações médias/superiores e num contexto onde aparentemente a língua não é um obstáculo, concorrem para dificultar o processo de incorporação dos emigrantes.

Relacionado com a integração estão as questões relativas às poupanças feitas pelos emigrantes e ao envio de remessas<sup>5</sup> para Portugal, tendo estas um “ grande peso” na economia nacional

---

<sup>5</sup> Remessas de emigrantes: transferências correntes efetuadas por emigrantes quando são considerados residentes da economia onde trabalham. Podem ser medidas em termos nominais, na moeda do país de destino, ou em função do seu peso económico, em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB)

dos países de emigração (Castles, 2005: 31 e Peixoto, 2012). Para Miriam Halpern Pereira (Pinho, 2016) as remessas estão ligadas à questão do retorno, dado que ao enviar remessas para Portugal o emigrante cria condições para proceder à aquisição de bens na sua terra natal, nomeadamente de terras e casa de habitação, o que lhe permite, quando regressa, adquirir um novo estatuto social que antes não tinha.

Em 1973 as remessas de dinheiro dos trabalhadores portugueses no estrangeiro representavam 9% do PIB português e equivaliam a 58% das exportações, quando em 1971 correspondiam a 62% (Pereira, 2014: 78) e em 2000, foram no montante de 3 458 120 000 euros, correspondendo a 2,7 % do PIB, em 2010, de 2 425 900 000 euros, representando 1,2 % do PIB e, em 2014, de 3 057 277 000 euros, correspondendo a 1,8 % do PIB daquele ano e a França e a Suíça foram os países de onde vieram mais de metade das remessas para Portugal, em 2014, com 29% e 26% respetivamente, seguindo-se em terceiro lugar Angola, com 8% e Portugal, muito embora, a nível mundial, seja um dos principais países de emigração, tem hoje em dia um grau de dependência económica da emigração comparativamente baixo, quando medido pela relação entre as remessas dos emigrantes e o PIB (Pires, 2015: 23).

## **5. Consequências**

As consequências da saída de emigrantes, muito especialmente dos qualificados, quer para os países de origem quer para os de destino, têm sido objeto de análise por parte de vários autores. Já Joel Serrão (1970: 612-614) refere que “no condicionalismo português, causa (e também efeito) da emigração, os ingressos monetários que ela propiciou constituíam fator financeiro e económico de importância primacial” e que “ao nível ainda das implicações de natureza económica, torna-se necessário referir também que as exportações portuguesas para o Brasil nos últimos decénios se explicam tão-somente pelas necessidades e hábitos alimentares da nossa colónia aí existente”. Ainda segundo o mesmo autor os resultados práticos do fenómeno da emigração são uma “polémica antiga” e “as consequências da emigração fizeram-se sentir ao longo de toda a nossa história moderna, e contemporânea e pode afirmar-se, perentoriamente, terem elas marcado, de modo decisivo, a economia, a sociedade e os costumes nacionais”.

Leeds (1983, *in* Baganha, 1994) vê a emigração portuguesa como uma exportação de mão-de-obra excedentária, e que, portanto, não prejudica o crescimento económico do país, e Sousa Ferreira (1976: 169, *in* Baganha 1994) entende que “a partir de um certo ponto a emigração

transformou-se num fator negativo que a longo prazo poderá conduzir ao empobrecimento do país”. Baganha (1994: 963-970) considera ser “usual entender-se que os emigrantes são força de trabalho redundante para o mercado nacional, mas necessária no mercado internacional, cuja produtividade no exterior reverte parcialmente, através das remessas, para a economia nacional”. Nesta linha de interpretação, o crescimento económico de Portugal não sai prejudicado, tendo em consideração as características profissionais dos emigrantes, e o facto de que “quem vende um bem para o qual não tem qualquer uso, independentemente do contravalor que recebe pela venda, não incorre em qualquer prejuízo com a transação feita”, acrescentando-se a hipótese “de que não só a emigração não terá sido prejudicial, como os seus efeitos terão sido, muito provavelmente, benéficos para o crescimento económico nacional”.

Considera Machado (1997: 13) que só o desenvolvimento económico e social dos países menos desenvolvidos pode inverter a atual situação de desregulação migratória e por sua vez Castles (2005: 30) salienta que as migrações podem concorrer para um menor desenvolvimento dos países de origem, uma vez que suportam os custos com a educação dos seus recursos humanos, nomeadamente dos mais qualificados e, depois, são os países de destino que, sem custos educacionais complementares, usufruem desse investimento.

O regresso ao país de origem é, em nosso entender, uma questão que tem a ver com a anterior e para Garcia (2000: 60), o desejo de retorno é sempre um fim último no projeto de vida do emigrante e quem partiu pobre vai-se alimentando do sonho de voltar à sua terra de origem, mesmo que isso nunca venha a acontecer e Eduardo Lourenço *in* (Garcia 2000: 60) escrevia, em 1988, que “milhares e milhares dos nossos compatriotas e em particular os seus filhos são felizes lá fora, ou pelo menos já tão integrados na trama dos povos que os acolheram que a ideia mítica do regresso a Portugal só a isso se resume”.

No entendimento de Manuela Aguiar os emigrantes sempre pretenderam regressar, mas o projeto migratório passa por várias fases e é mais fácil partir da aldeia rumo à cidade do que voltar da cidade para a aldeia, podendo o regresso ser entendido como um retrocesso e uma perda de direitos adquiridos e quando permanecem lá por fora 15 ou 30 anos o regresso fica cada vez mais “comprometido” (Pedroso: 2012). Teixeira (2015: 96) reconhece que a emigração dos jovens lhes dá esperanças a um futuro melhor mas, simultaneamente, é “uma fonte de desapontamento e tristeza para os que ficam” e acarreta riscos “para a



sustentabilidade geracional nas próximas décadas” e para “o retorno negativo do investimento na educação dos jovens que partem” e considera que há necessidade de adoção de medidas por parte do Estado, nomeadamente de atribuição de benefícios fiscais e de isenção de taxas, que incentivem o regresso. Algumas pesquisas mais recentes (Gomes, 2015) concluem que a maioria dos jovens emigrantes qualificados portugueses tem uma perspetiva de emigração para “toda a vida” no país da residência ou noutra país europeu. Perceber se a ideia de retorno se mantém, pelo menos no horizonte de expectativas das populações emigrantes qualificadas, era uma das questões que pretendíamos explorar no inquérito desenhado.

## Capítulo II - Metodologia

Da revisão bibliográfica efetuada, é possível perceber que se sabe muito mais sobre a imigração do que sobre a emigração. Machado *et al. in* Peixoto (2012: 1,2) dão nota da existência de 836 referências bibliográficas sobre a imigração contra algumas quatro ou cinco dezenas sobre a emigração. Para Candeias, Ferreira e Peixoto (2014) são poucos os estudos sobre emigração portuguesa contemporânea que recorram a dados primários. Assim, e tendo, como objetivo contribuir para o melhor conhecimento deste fenómeno, optámos por recorrer à utilização de dados primários. Para o efeito, realizámos oito entrevistas semiestruturadas, três presencialmente e cinco via Skype. Neste ponto acabámos por entrevistar emigrantes qualificados em países com significativa representação de destino dos portugueses, durante os anos em análise – entre 2006 e 2015. Com base neste critério, entrevistamos oito emigrantes, que saíram para a Inglaterra, Espanha, Alemanha, Suíça e Angola, apresentando-se o seu perfil no anexo A.

Com recurso à utilização da plataforma *SurveyMonkey*, elaboramos um inquérito através de questionário, disponibilizado *on-line* (ver anexo B), e que para além das secções de apresentação e de agradecimentos, apresenta cinquenta e quatro questões, divididas por seis grupos (ver anexo C).

Das cinquenta e quatro questões que integram o questionário, quarenta e três são de resposta fechada, três com possibilidade de resposta múltipla e oito de resposta aberta<sup>6</sup>. A divulgação realizou-se via mail (ver anexo D) em vários grupos específicos no Facebook e na base de dados LinkedIn, entre os dias 5 de março e 14 de abril do corrente ano, tendo sido validadas duzentas e uma respostas. Trata-se, pois, de uma amostra por conveniência, portanto, não probabilística. Utilizamos o software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para o tratamento dos dados quantitativos mas, face às limitações de espaço, apenas temos possibilidade de apresentar informação relativa às trinta e três questões indicadas no anexo E. No nosso entendimento estas são as mais importantes para dar resposta aos objetivos que nos propomos atingir com este trabalho, reservando o tratamento dos restantes dados para futuros estudos que possamos vir a desenvolver.

---

<sup>6</sup> Questões de resposta aberta: País de destino; Residência atual no estrangeiro; Nº médio de deslocações a Portugal por ano; Atividade profissional do respondente; Atividade profissional do Pai; Atividade Profissional da Mãe; Idade e Formação académica.

## Capítulo III - Apresentação de resultados

Neste capítulo pretendemos, em primeiro lugar explorar o resultado das entrevistas, constando, como referido, o perfil dos entrevistados no anexo A. Em segundo lugar, apresentamos um conjunto de resultados do inquérito que permitem avançar com algumas respostas relativamente aos nossos objetivos de pesquisa sobre a realidade da emigração qualificada recente em Portugal.

### 1. Dados qualitativos

Indicamos neste ponto o que nos foi relatado pelos oito entrevistados, sobre as razões que os levaram a sair de Portugal, como decorreu o seu processo de integração no país de acolhimento e quais são as suas expectativas de regresso.

No que diz respeito às **razões de saída**, o MP<sup>7</sup> referiu que “A ida para o estrangeiro também está muito relacionada com a “herança familiar“, com a educação que os meus Pais me proporcionaram, que consideram que o mundo é muito grande e que não temos necessariamente que ficar no sítio onde nascemos” e recorda, a este propósito, uma frase do seu pai “Até aos 18 anos és nosso filho mas depois passas a ser filho do mundo”. O RC relatou que “foi para o estrangeiro por sua opção, por livre vontade, por pretender trabalhar num ambiente internacional e não por razões de emprego, nem mesmo de remuneração e o CM disse que a ida para fora foi porque queria um futuro melhor e, em sua opinião, isso passava por ir para o estrangeiro, sem saber bem para onde, se em Madrid, ou qualquer outra cidade em Espanha, ou num outro qualquer país na Europa, ou mesmo noutro Continente, mas, para si, esse futuro melhor seria fora de Portugal”.

O BI transmitiu que “sempre teve o bichinho de ir para fora e as vivências no estrangeiro, durante o Erasmus e o estágio, vieram confirmar essa sua ideia; sempre gostou de viajar, de estar fora de casa, de conhecer o mundo, de ter uma carreira de sucesso, o que em sua opinião seria mais fácil no estrangeiro do que em Portugal e a partida não foi por obrigação nem por razões monetárias e a família não teve qualquer interferência nesta sua decisão”. Por sua vez a LL disse que partiu para o estrangeiro “porque procurava uma melhor oportunidade, não só de

---

<sup>7</sup> Por razões de garantia de anonimato, os entrevistados não são identificados.

realização profissional, mas também a nível remuneratório para si e para o namorado” e o FG, que até 2013, não tinha estado no estrangeiro, a não ser em períodos de férias, transmitiu que “desde há muito que tinha vontade de experimentar e de ver como é a ida para o estrangeiro. Trabalhava, em Lisboa, e desde que iniciou a sua atividade profissional esse seu desejo de partir foi-se acentuando; não partiu por necessidade, nem por razões de remuneração, nem por inadequação de funções, nem mesmo por qualquer tipo de pressão familiar, mas sim por ter sido essa a sua vontade”.

A JC adiantou que “desde pequenina que sempre aspirou ir trabalhar para o estrangeiro e queria que isso acontecesse logo que terminasse o seu curso, para não se habituar a trabalhar em Portugal, o que, em sua opinião, mais tarde dificultaria a sua saída; o seu espírito de curiosidade e de aventura, de enfrentar novos desafios, de conhecer novas culturas, de pretender obter uma aprendizagem mais completa e de ter novos horizontes profissionais foram razões que estiveram na origem da sua partida”. Para o AM as principais razões da sua partida prendem-se com “melhores perspetivas de carreira, com a vontade de enveredar por uma carreira internacional e com o auferir melhores remunerações”.

Relativamente ao **processo de integração** no país de acolhimento, o AM transmitiu que “teve uma boa integração em Madrid, sem qualquer dificuldade, dado que já estava habituado a deslocações ao estrangeiro, nomeadamente nas férias escolares, durante o programa de Erasmus e no período de estágio em Madrid”. A JC que “não sentiu dificuldades de integração em Londres, até porque em Londres praticamente todos são estrangeiros e já ali tinha vivido durante os três meses de estágio; faz amigos facilmente, não se sente sozinha, nem nada ostracizada, nesta altura já tem passaporte inglês e o pedido de dupla nacionalidade prende-se, fundamentalmente, com o facto de andar frequentemente em viagens profissionais e para tal ser vantajoso ter um segundo passaporte”.

O FG considera que a “integração tem sido boa, muito embora a língua constitua um desafio que ainda não ultrapassou, situação de algum modo menos problemática dado Dusseldorf ser uma cidade internacional, onde praticamente todas as pessoas falam o inglês”. Por sua vez o CM referiu que “a integração em Madrid foi fácil e sem problemas em especial, dado já ter tido experiências anteriores, que o habituaram a essas mudanças, nomeadamente, durante o tempo de licenciatura que esteve, em Coimbra, e de Erasmus, em Granada” e o BI “tem um relacionamento fácil e não sentiu qualquer dificuldade de integração em Londres, cidade onde já tinha estado durante o estágio e, também, porque havia várias pessoas a iniciar o trabalho

naquela empresa e no mesmo contexto, ou seja, tinham acabado os seus cursos e vieram de vários países e considera que o seu início de carreira foi semelhante ao que se passa quando se ingressa na Universidade ou na vida militar, onde se encontram colegas das mais diversas proveniências”.

O RC relatou que “na República Checa não teve grande integração e havia alguma tendência de os estrangeiros se juntarem entre si, independentemente das suas nacionalidades, que convivia mais com os gregos, italianos e espanhóis sobretudo os do sul, e com os poucos portugueses que lá estavam, sentindo algumas dificuldades no convívio com os checos dado não falar a língua deles e por considerar que é um povo fechado, sem hábitos em comum com os nossos, referindo, ainda, que as dificuldades de relacionamento poderão advir, também, do facto de haver alguma discriminação por parte dos checos por os estrangeiros ganharem mais do que eles”.

Para o MP ” a integração em Londres foi fácil, já conhecia a cidade e de que gostava muito, o irmão estava lá, sentia-se muito confortável, foi um sonho concretizado e, por coincidência, foi viver com o mesmo amigo com quem tinha partilhado casa em Lisboa e que se mudou para Londres na mesma altura” e para a LL “a integração em Luanda foi muito facilitada pelo facto de muita da família do namorado ser Angolana e ali permanecer, quando chegaram a Luanda ficaram a viver em casa do irmão do namorado de quem tiveram o apoio de base e que muito facilitou a integração, dado Angola ser um País que não conheciam”.

Sobre as **expetativas de regresso**, o RC disse que “ainda não pensa no regresso a Portugal, mas ambiciona trabalhar apenas até ao 40 anos e depois disso logo vê se virá para Portugal ou para um outro qualquer país” e o CM afirmou que ”não se considera fora de Portugal e pensa em Português, convive muito com portugueses, tem vias de comunicação muito boas de Madrid para Portugal e, em sua opinião, trabalhar em Madrid é a mesma coisa que ser do Porto e ir trabalhar para Lisboa e, por isso, a questão do regresso não se coloca”.

O AM salientou que “não sabe bem quando regressará a Portugal, mas acredita que tal não acontecerá nos próximos 20 anos, tudo dependerá, em muito, do que vier a acontecer em Portugal, nomeadamente, a nível da existência de perspetivas profissionais, de oferta de melhores remunerações, de oportunidades de formação e de atração do investimento estrangeiro” e a JC que “sente que ainda tem muito para aprender em Londres mas, embora sem uma ideia clara de prazos de regresso, não esconde que um dia gostaria muito de voltar

para Portugal, mas não para fazer qualquer coisa. Tal regresso em muito depende dos novos desafios que possam eventualmente surgir”.

Embora reconhecendo que gostaria de voltar para Portugal, onde a qualidade de vida é inegável, o BI disse que “não tem uma noção muito clara de quando tal regresso poderá ocorrer, a falta de oportunidades profissionais acima da média, o prolongamento da idade da reforma, a mentalidade das pessoas mais velhas que, ao manterem-se a trabalhar mais tempo, não facilitam o acesso a funções de responsabilidade, aos mais novos, a inexistência das melhores práticas, a excessiva publicidade a determinado tipo de modelos, nomeadamente nórdicos, que nada têm a ver com a cultura portuguesa, são razões que, em sua opinião, dificultam o regresso a Portugal”.

O MP referiu que “encara duas hipóteses ou regressar a Portugal no período de 1 a 2 anos ou fazer carreira lá por fora e só regressar mais tarde, daqui a dez a 15 anos, reconhece que em termos profissionais preferia a segunda hipótese, de ir para Londres e fazer lá a sua carreira, mas fatores da vida pessoal vão ser ponderados”. A LL “não pensa no seu regresso, considera ser muito cedo, mas admite que a sair de Angola será para um outro País Europeu, eventualmente o Reino Unido” e o FG “ainda nem sequer pensou na questão de um eventual regresso dado que a sua estadia no estrangeiro ser muito recente, dois anos e pouco”.

As nossas entrevistas permitiram sobretudo perceber que a perceção dos emigrantes sobre a sua condição e circunstância varia em função da familiaridade com o contexto de receção tanto quanto das sociabilidades criadas nesse contexto – que podem influenciar uma ideia de permanência ou remigração nesse país. Os contextos urbanos mais ou menos cosmopolitas são igualmente referidos como fator de atração ou repulsão relativamente ao local de residência na mesma medida em que a ausência de oportunidades de construção de carreira em Portugal é invocada como fator decisivo para a migração. Estas entrevistas foram fundamentais para uma primeira idealização do inquérito e de como este se estruturaria numa forma quase definitiva. Em simultâneo permitiram igualmente *a posteriori* interpretar o sentido de alguns dos dados obtidos por via do inquérito por questionário.

## 2. O inquérito

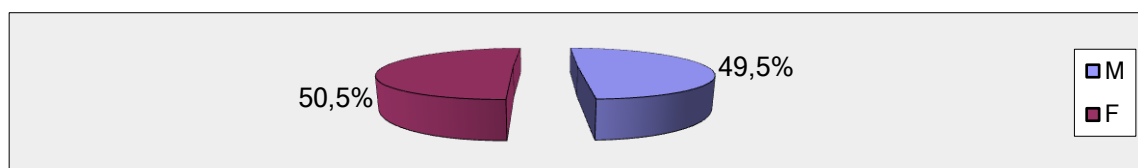
Nesta secção apresentamos uma proposta de sociografia dos inquiridos, a ida para o estrangeiro, as ligações a Portugal, a integração no país de destino, as expetativas de regresso a Portugal e a formação e atividade profissional dos pais dos inquiridos.

### 2.1 Caraterização sociográfica

Para a caraterização sociográfica dos inquiridos apresentamos dados relativos ao sexo, à idade, à situação familiar, ao nº de filhos, ao distrito de residência em Portugal antes de emigrarem, à formação académica e formação superior complementar.

Na amostra (n=186) há uma quase paridade de sexos, conforme figura III.1, representando o sexo feminino 50,5 %, (94) e o masculino 49,5%, (92).

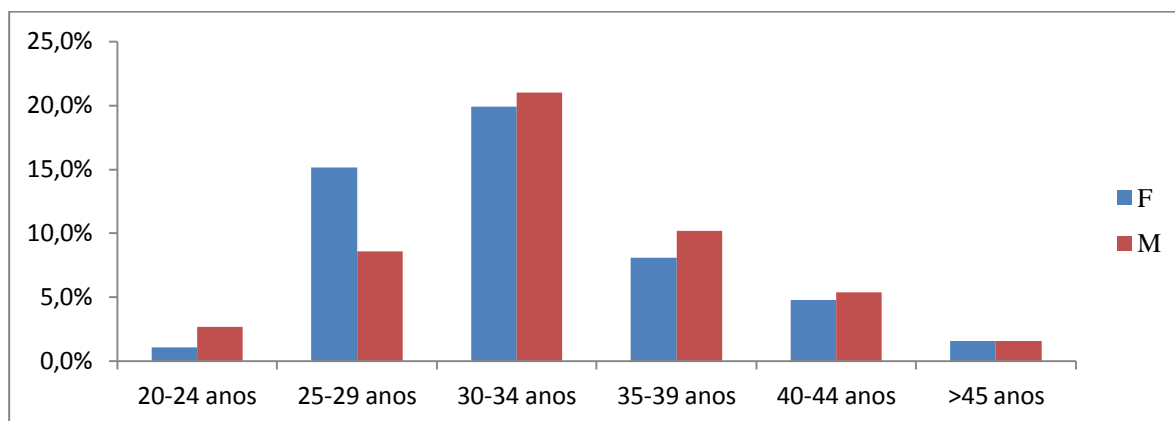
*Figura III.1 - Sexo (n=186)*



A média de idades dos 186 inquiridos é de 32,8 anos, com 32,5 para o sexo feminino e 33,3 para o masculino, sendo a idade mínima e máxima, respetivamente, de 22 e 53, para o sexo feminino e 22 e 56 para o masculino.

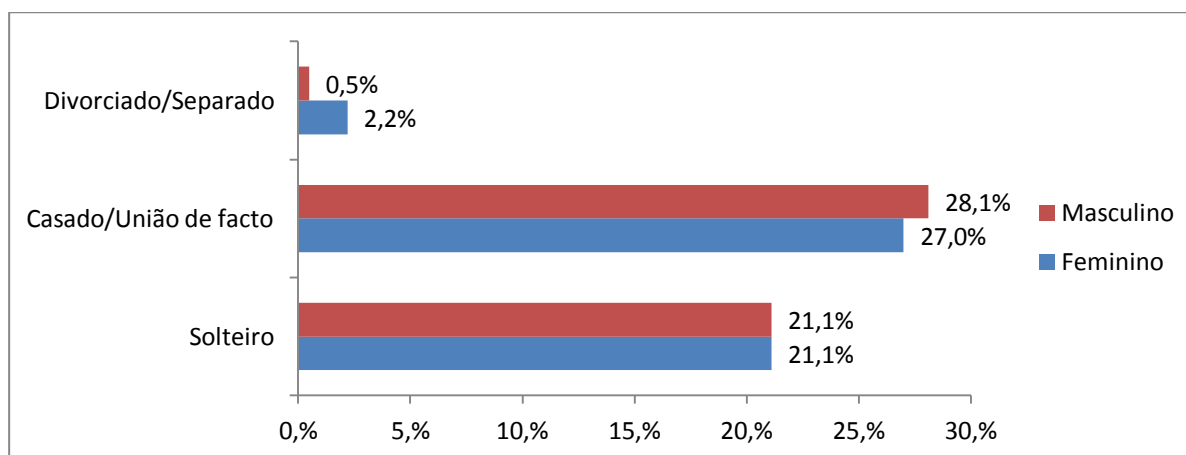
Com idades na faixa etária dos 30 aos 34 anos, há 40,9 % de inquiridos, com 19,9% (37) do sexo feminino e 21% (39) do masculino, seguindo-se os inquiridos da faixa dos 25 aos 29 anos, com 23,7%, sendo 15,1% (28) do sexo feminino e 8,6% (16) do masculino, como figura III.2. Com mais de 40 anos existem 13,4% de inquiridos, sendo 6,4% (12) do sexo feminino e 7% (13) do masculino.

Figura III.2 - Faixas etárias (n=186)



Quanto à situação familiar, figura III.3, é de registar que, das 185 respostas, 55,1 % dos inquiridos são casados /união de facto, com 28,1% (52) do sexo masculino e 27,0% (50) do feminino, 42,2 % são solteiros, sendo 21,1 % (39) do sexo feminino e 21,1 % (39) do masculino e 2,7%, são divorciados/separados, com 2,2 % (4) do sexo feminino e 0,5% (1) do masculino.

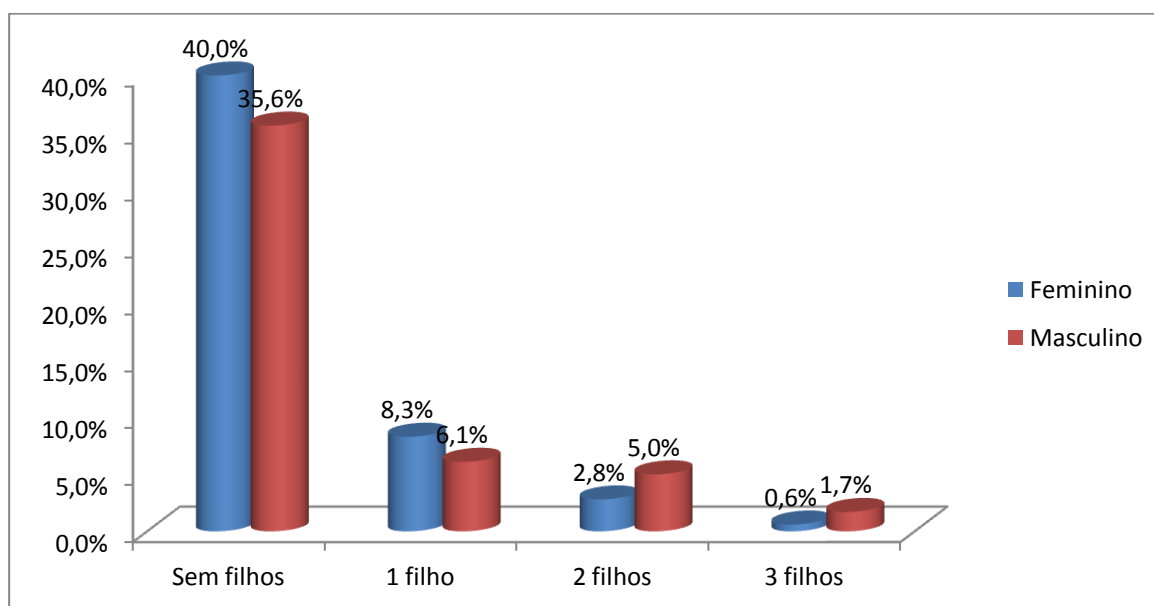
Figura III.3 - Situação familiar (n=185)



Relativamente ao nº de filhos, observa-se na figura III.4 que 75,6 % dos 180 inquiridos não têm filhos, sendo 40% (72) do sexo feminino e 35,6% (64) do masculino, 14,4% têm apenas um filho, sendo 8,3% (15) do sexo feminino e 6,1% (11) do masculino e com 2 ou 3 filhos há 10% de inquiridos, sendo 3,4 % (6) do sexo feminino e 6,7% (12) do masculino, e não se registam casos de inquiridos com mais de 3 filhos.

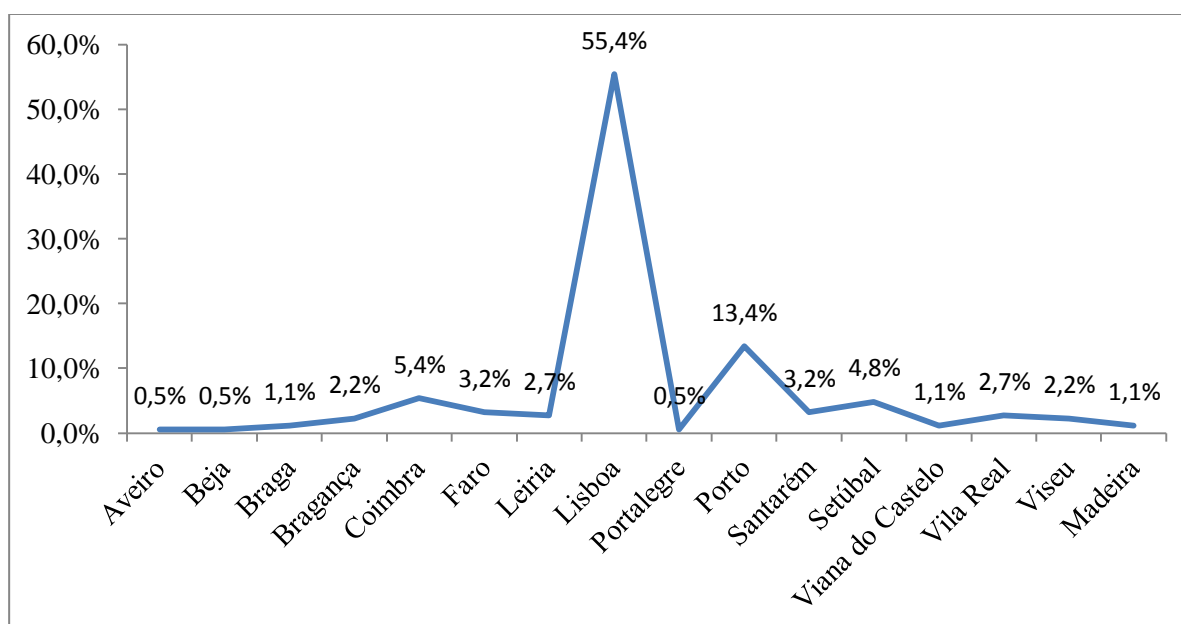


Figura III.4 - Nº de filhos (n=180)



No que respeita ao distrito de residência em Portugal antes de os inquiridos emigrarem, figura III.5, sobressai uma concentração no distrito de Lisboa com 55,4%, seguido do Porto com 13,4%, Coimbra com 5,4% e Setúbal com 4,8%. Não há inquiridos residentes nos distritos de Castelo Branco, Évora, Guarda nem na Região Autónoma dos Açores.

Figura III.5 - Distrito de residência em Portugal antes de emigrar (n=186)

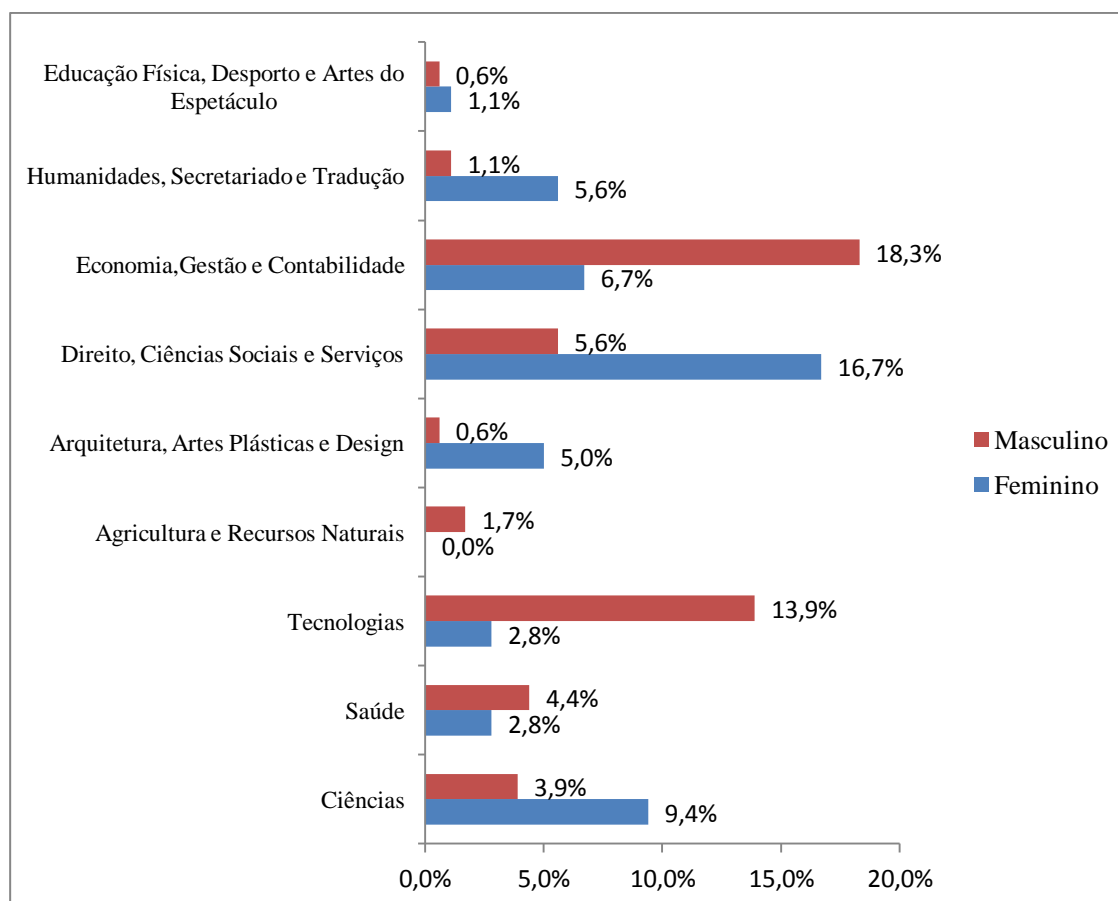


Quanto à formação académica, dado ser uma das questões de resposta aberta, optamos por utilizar a tabela, anexo F, disponibilizada pela Direção-Geral do Ensino Superior, (Acesso ao Ensino Superior 2016- índice de cursos-DGES), para fazer o tratamento dos dados. Como se

visualiza na figura III.6, constata-se que 25% dos inquiridos têm formação nas áreas de “Economia, Gestão e Contabilidade”, sendo 6,7% (12) do sexo feminino e 18,3 (33) do masculino, a que se segue a licenciatura nas áreas de “Direito, Ciências Sociais e Serviços”, com 22,2% sendo 16,7% (30) do sexo feminino e 5,6% (10) do masculino. Nas áreas de “Tecnologias” há 16,7% de respondentes, dos quais 2,8% (5) do sexo feminino e 13,9% (25) do masculino e na das “Ciências” 13,3%, sendo 9,4% (17) do sexo feminino e 3,9% (7) do masculino.

Com formação académica nas áreas de “Agricultura e Recursos Naturais” há 1,7% de inquiridos, (3) todos do sexo masculino e em “Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo” existe igualmente 1,7% de inquiridos, sendo 1,1% (2) do sexo feminino e 0,6% (1) do masculino. Não há nenhum respondente com formação nas áreas de “Ciências da Educação e Formação de Professores”.

Figura III.6 - Áreas de licenciatura (n=180)



Em relação à formação superior complementar, quadro III-1, assinala-se que concluíram o doutoramento 12,9%, dos 186 inquiridos, a pós-graduação 29,6% e o mestrado 50,5%. É possível, também, realçar que há uma significativa percentagem de respondentes que não tem

formação superior complementar, nem de Pós-graduação (68,8%), nem de Mestrado (41,4%) nem de Doutoramento (75,3%) e, ainda, que a maior percentagem dos inquiridos que frequentam ou concluíram este tipo formação, quer de pós-graduação, quer de mestrado, quer sobretudo de doutoramento, é do sexo feminino.

*Quadro III.1 - Formação superior complementar por sexo (n=186)*

Formação superior complementar	Não tem				A frequentar				Concluído			
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Pós-Graduação	31,7	59	37,1	69	1,6	3	0,0	0	17,2	32	12,4	23
Mestrado	19,4	36	22,0	41	4,3	8	3,8	7	26,9	50	23,7	44
Doutoramento	34,9	65	40,3	75	7,5	14	4,3	8	8,1	15	4,8	9

Salienta-se, no entanto, que é no doutoramento que as diferenças são mais expressivas: a frequentar esta formação existem 7,5% (14) respondentes do sexo feminino contra 4,3 % (8) do masculino e já a concluíram 8,1% (15) inquiridos do sexo feminino e 4,8% (9) do masculino.

## **2.2 Ida para o estrangeiro**

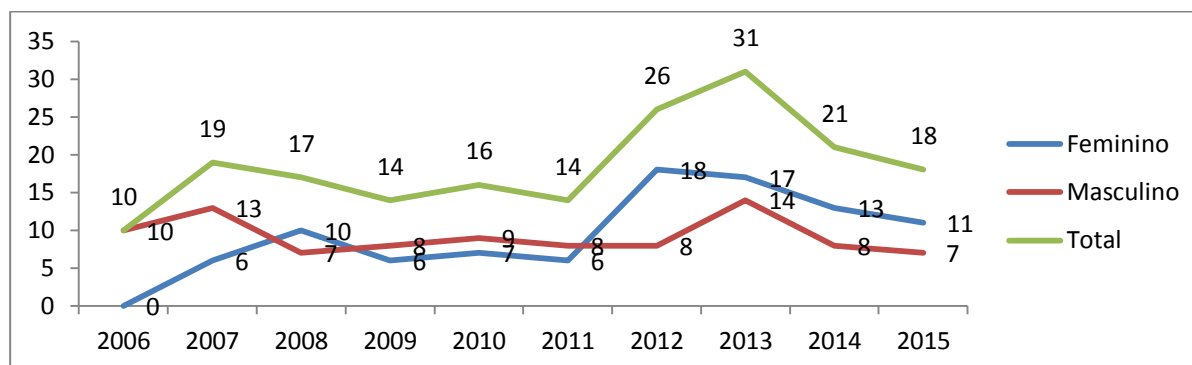
Para perceber como foi a ida para o estrangeiro dos nossos inquiridos recolhemos a informação, que a seguir se apresenta, sobre o ano de partida, o país de destino, as razões que estiveram na origem da saída de Portugal e se houve mudanças de país estrangeiro após a 1ª saída.

Como já referido, a amostra recai sobre os últimos dez anos, de 2006 a 2015, anos que precederam e apanharam a crise financeira em vários países, nomeadamente em Portugal, onde foram adotadas medidas de austeridade e se assistiu a um aumento do desemprego que poderá ter sido uma das causas da saída de muitos portugueses para o estrangeiro, situação que se pretende analisar e de que mais adiante se dará conta. Mostra-se na figura III.7 que 2013 foi o ano com maior saída dos inquiridos para o estrangeiro, com 16,6% (31), sendo 9,1% (17) do sexo feminino e 7,5% (14) do masculino. Em 2012, houve 14% (26) saídas, das quais 9,7 % (18) do sexo feminino e 4,3% (8) do masculino e, em 2014, 11,3% (21), sendo

7% (13) do sexo feminino e 4,3% (8) do masculino. Em 2007 registaram-se 10,2% (19) saídas, com 3,2% (6) do sexo feminino e 7 % (13) do masculino.

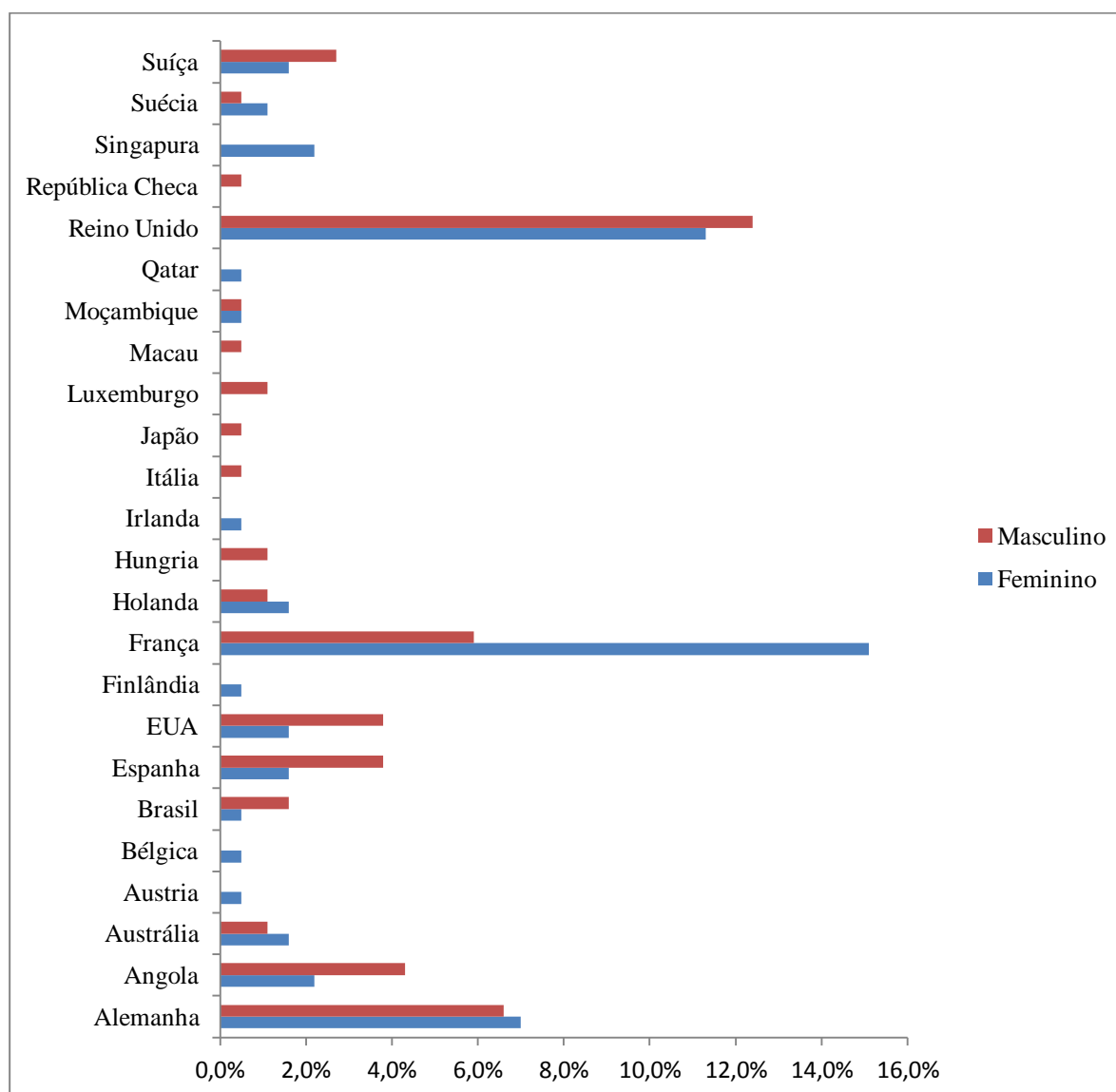
Observa-se, também, que a menor saída foi no ano de 2006, com 5,4%, (10), sendo todos do sexo masculino. Conclui-se, ainda, que nos últimos quatro anos, de 2012 a 2015, saíram do país 96 dos inquiridos, o que corresponde a 51,7% da amostra, destes 31,8 % (59) são do sexo feminino e 19,9 % (37) do masculino e nos dois primeiros anos, 2006 e 2007, partiram 15,6 % (29), com 3,2% (6) do sexo feminino e 12,4% (23) do masculino.

Figura III.7 - Anos de partida (n=186)



No tocante ao país que os inquiridos escolheram como destino, figura III.8, aparece em 1º lugar o Reino Unido com 23,7%, sendo 11,3% (21) do sexo feminino e 12,4% (23) do masculino, seguido da França com 21,0%, sendo 15,1 % (28) do sexo feminino e 5,9% (11) do masculino, da Alemanha com 13,4%, dos quais 7,0% (13) do sexo feminino 6,4% (12) do masculino. Angola surge em 4º lugar com 6,5% de saídas, sendo 2,2% (4) do sexo feminino e 4,3% (8) do masculino. A Espanha que, outrora, era um dos países de grande destino dos Portugueses, surge em 5º lugar, com 5,4% de saídas, sendo 1,6% (3) do sexo feminino e 3,8% (7) do masculino e em idêntica situação os EUA.

Figura III.8 - País de destino (n=186)



A questão sobre as razões de saída de Portugal foi criada com 12 itens<sup>8</sup>, em escala do tipo Likert, com grau de importância de 1 (sem importância) a 10 (muita importância). Sobressai do quadro III.2 que foram, sobretudo, razões de ordem profissional que estiveram na origem da partida dos inquiridos e destas surge em 1º lugar, com média de 7,97 o “Ter perspetivas de carreira”, seguido de “Conseguir um trabalho melhor” com média de 7,38 e “aumentar a remuneração” com média de 7,11.

<sup>8</sup> Itens: Conseguir um trabalho melhor; estar desempregado; aumentar a remuneração; exercer funções compatíveis com a formação académica; ter perspetivas de carreira; integrar uma carreira profissional; ir ter com o cônjuge/companheiro(a); acompanhar a família; estudar; ter melhor qualidade de vida; sempre quis ir trabalhar num país estrangeiro; conhecer outras culturas.

A razão de saída por “Estar desempregado” aparece, apenas, em 11º lugar com média de 3,05. De realçar, também, que as razões de saída de ordem familiar “Ir ter com o cônjuge/companheiro(a)” e “Acompanhar a família” surgem nos 10º e 12º lugares, com médias de 3,09 e 2,38, respetivamente.

A análise por sexo revela que a saída por razões de “Estar desempregado” teve maior peso nos inquiridos do sexo feminino, correspondendo a 3,74 de média, contra 2,34 do masculino e constata-se, também, que em todas as outras razões os respondentes do sexo feminino têm médias mais elevadas do que os do masculino, exceto nas duas últimas, “Sempre quis ir trabalhar num país estrangeiro” e “Conhecer outras culturas”

*Quadro III.2 - Razões da saída de Portugal (n=186)*

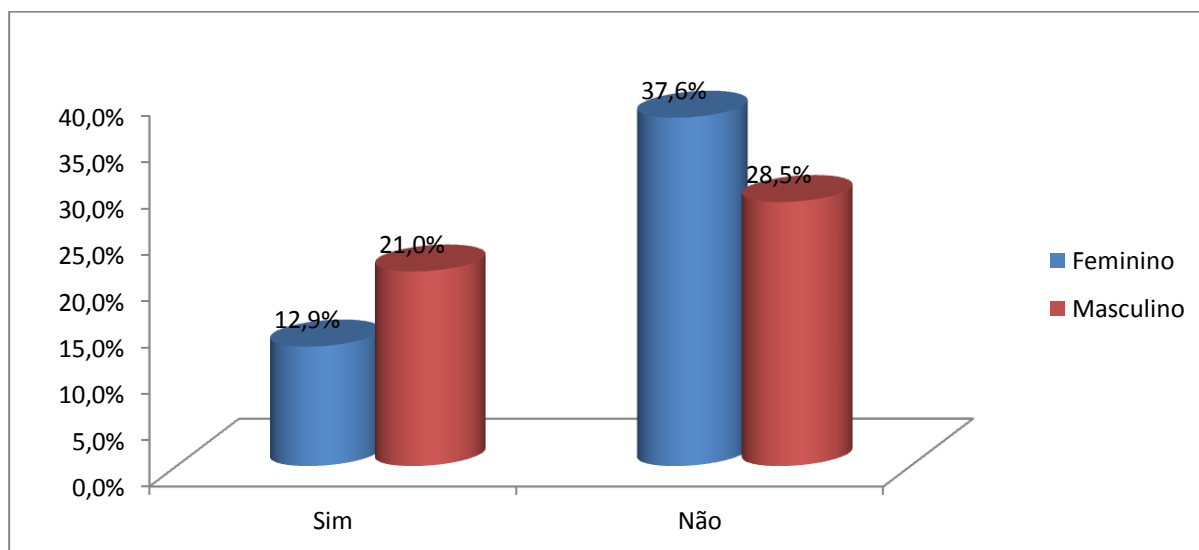
Razões de saída	Sexo	n	Média	Desvio padrão
Conseguir um trabalho melhor	F	94	7,71	2,777
	M	92	7,05	3,160
Estar desempregado	F	94	3,74	3,583
	M	92	2,34	2,599
Aumentar a remuneração	F	94	7,33	3,063
	M	92	6,89	3,111
Exercer funções compatíveis com a formação académica	F	94	6,32	3,535
	M	92	5,48	3,488
Ter perspectivas de carreira	F	94	8,10	2,423
	M	92	7,83	2,638
Integrar uma carreira profissional	F	94	6,87	3,227
	M	92	6,37	3,247
Ir ter com o cônjuge/companheiro(a)	F	94	3,83	3,934
	M	92	2,33	2,611
Acompanhar a família	F	94	2,86	3,475
	M	92	1,88	2,203
Estudar	F	94	4,16	3,944

	M	92	4,14	3,862
Ter melhor qualidade de vida	F	94	6,93	3,380
	M	92	5,92	3,142
Sempre quis ir trabalhar num país estrangeiro	F	94	5,65	3,429
	M	92	6,85	2,961
Conhecer outras culturas	F	94	6,47	3,225
	M	92	6,87	2,564

Em relação a este indicador, sobre as razões de saída de Portugal, foi efetuada uma Análise de Componentes Principais (ACP), que agregou os doze itens em quatro componentes principais. A primeira componente com seis itens (conseguir um trabalho melhor, aumentar a remuneração, exercer funções compatíveis com a formação académica, ter perspetivas de carreira, integrar uma carreira profissional e ter melhor qualidade de vida), a segunda com dois itens (sempre quis ir trabalhar num país estrangeiro e conhecer outras culturas), a terceira agregou, também, dois itens (acompanhar a família e ir ter com o cônjuge/companheiro/a) e a quarta apenas com o de (estudar). As estatísticas de confiabilidade dos seis itens da primeira componente mostram boa consistência, com Alfa de Cronback de 0,824, apresentando esta componente uma percentagem de variação explicada de 28,524%. Os dois itens da segunda componente mostram, igualmente, boa confiabilidade com Alfa de Cronback de 0,826 e uma variação explicada de 14,683% e os da terceira componente têm consistência razoável com o Alfa de Cronback de 0,743 e 14,014% de variação explicada. A quarta componente apresenta uma percentagem de variação explicada de 8,915%

No que diz respeito à mobilidade dos inquiridos observa-se na figura III.9 que mais de um terço (33,9%) já mudou de país estrangeiro após a 1ª saída.

Figura III.9 - Mudança de país estrangeiro após a 1ª saída (n=186)



Fazendo a análise por sexo sobressai que 12,9% (24) dos inquiridos que mudaram de país estrangeiro após a 1ª saída são do sexo feminino e 21% (39) do sexo masculino, notando-se, portanto, uma maior propensão para a mobilidade por parte dos inquiridos do sexo masculino.

### 2.3 Ligações com Portugal

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e a oferta de viagens aéreas com custos mais reduzidos, terão facilitado as ligações dos inquiridos com Portugal, de que a seguir se dá conta.

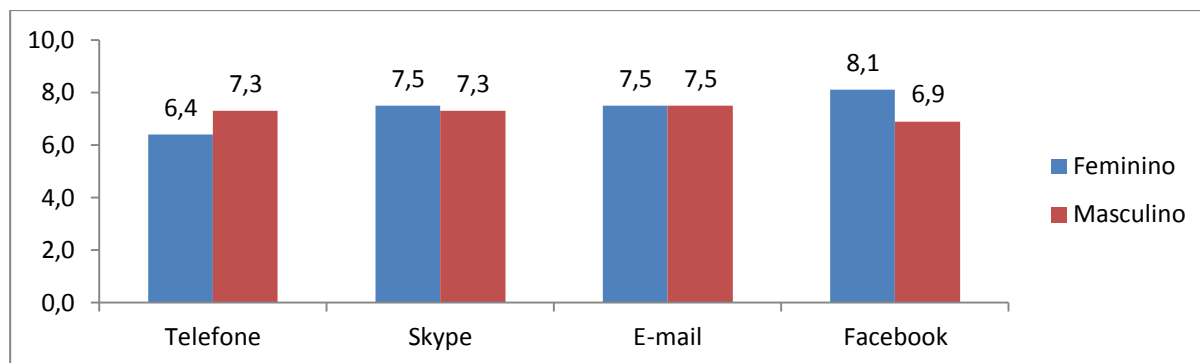
Das 183 respostas observamos que a média de deslocações a Portugal é de 3,4 vezes por ano para os respondentes do sexo feminino e de 4,5 vezes para os do masculino.

Há, neste aspeto, um acentuada contraste com as anteriores gerações de emigrantes, nomeadamente os dos anos cinquenta do século passado que passavam vários anos das suas vidas sem qualquer deslocação ao seu País de origem.

Claramente que as tecnologias de informação são o grande meio de comunicação dos inquiridos, com 7,49 de média de utilização do facebook, 7,48 do mail e uma menor utilização do telefone, com uma média de 6,79, na escala de tipo Likert, com grau de utilização de 1 (não utiliza) a 10 (utiliza com muita frequência). O facebook tem maior utilização por parte dos inquiridos do sexo feminino, do que do masculino, respetivamente 8,1 e 6,9 e que, inversamente, no telefone são mais os do sexo masculino do que do feminino, 7,3 e 6,4 respetivamente, como se apresenta na figura III.10.



Figura III.10 - Meios de comunicação utilizados (n=186)

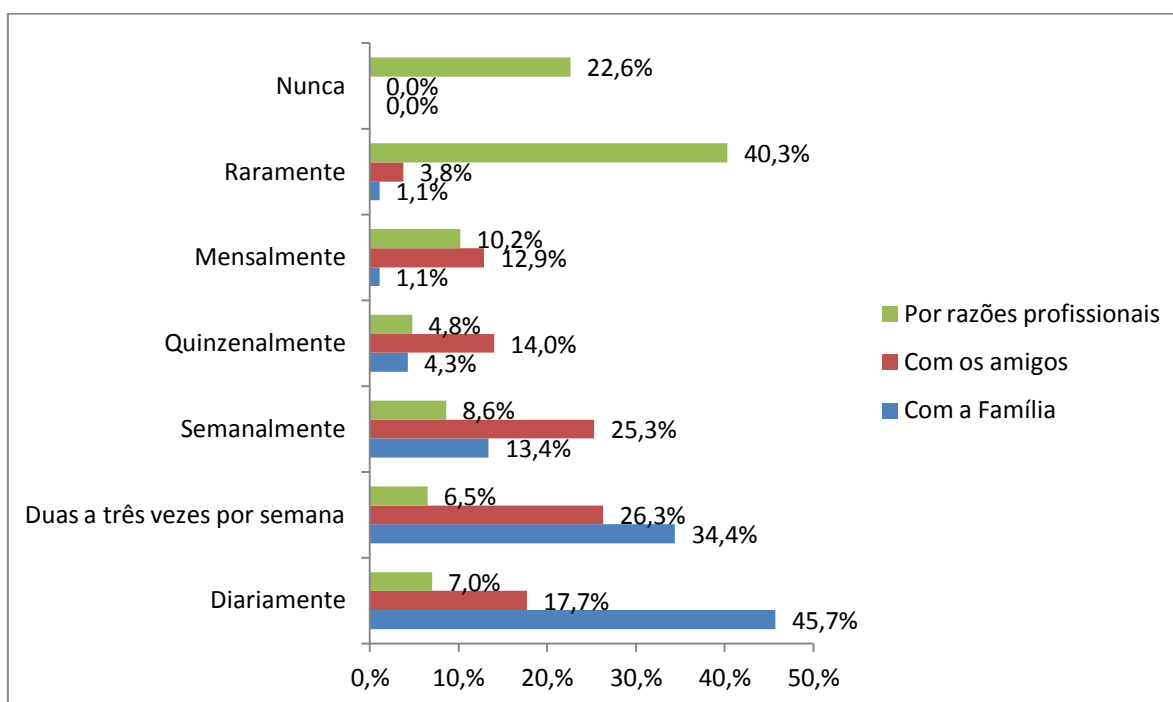


Quanto à frequência de comunicações com Portugal observa-se na figura III.11, que a família surge com maior destaque. Assim, 45,7% dos inquiridos estabelecem contactos com a família diariamente, 34,4% duas a três vezes por semana e 13,4% semanalmente. Com os amigos 17,7% contactam diariamente, 26,3 % duas a três vezes por semana e 25,3% semanalmente. Por razões profissionais, os contactos já são menos frequentes: 7% contactam diariamente, 6,5% duas a três vezes por semana, 8,6% semanalmente e 22,6% nunca.

Da análise por sexo sobressai, também, que com a família há maior frequência de comunicações por parte dos inquiridos do sexo feminino: nos contactos diários há 24,7% (46) do sexo feminino contra 21% (39) do masculino e nos contactos de duas a três vezes por semana existem 18,8% (35) do sexo feminino e 15,6 % (29) do masculino. Igualmente, nos contactos diários com os amigos verifica-se uma maior frequência de comunicações, por parte dos inquiridos de sexo feminino, com 10,8% (20), do que do masculino, com 7% (13), mas nos contactos de duas a três vezes por semana já são mais os inquiridos do sexo masculino 14% (26), contra 12,4% (23) do sexo feminino.

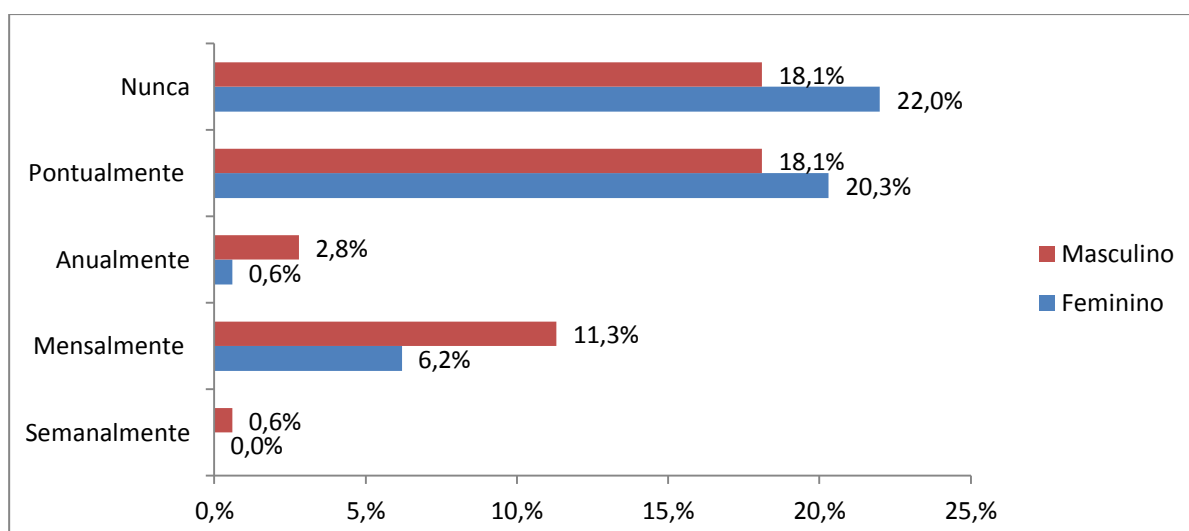
Relativamente aos contactos a nível profissional regista-se que a maior frequência de comunicações diárias é dos inquiridos do sexo masculino, com 4,8% (9) contra 2,2% do feminino (4) e, também, nas comunicações de duas a três vezes por semana a maior frequência é dos inquiridos do sexo masculino, com 4,3 % (8) contra 2,2% (4) do feminino. Constatamos, ainda, que dos 22,6% de inquiridos, que nunca estabelecem contactos a nível profissional, há 16,1% (30) que são do sexo feminino e 6,5% (12) do masculino, situação esta inversa às anteriores.

Figura III.11 - Frequência de comunicações com Portugal (n=186)



Sobre a regularidade de envio de remessas para Portugal, figura III.12, constata-se que 40,1% dos inquiridos nunca enviam remessas pra Portugal, 38,4% fazem-no pontualmente, 3,4 % anualmente e 17,5% fazem-no mensalmente, situação bem diferente de anteriores gerações de emigrantes, que regularmente enviavam as suas poupanças para Portugal.

Figura III.12 - Regularidade de envio de remessas para Portugal (n=177)



Da análise desta variável por sexo é possível salientar que existe uma maior percentagem de inquiridos do sexo masculino a enviar remessas com periodicidade mensal, 11,3% (20), contra

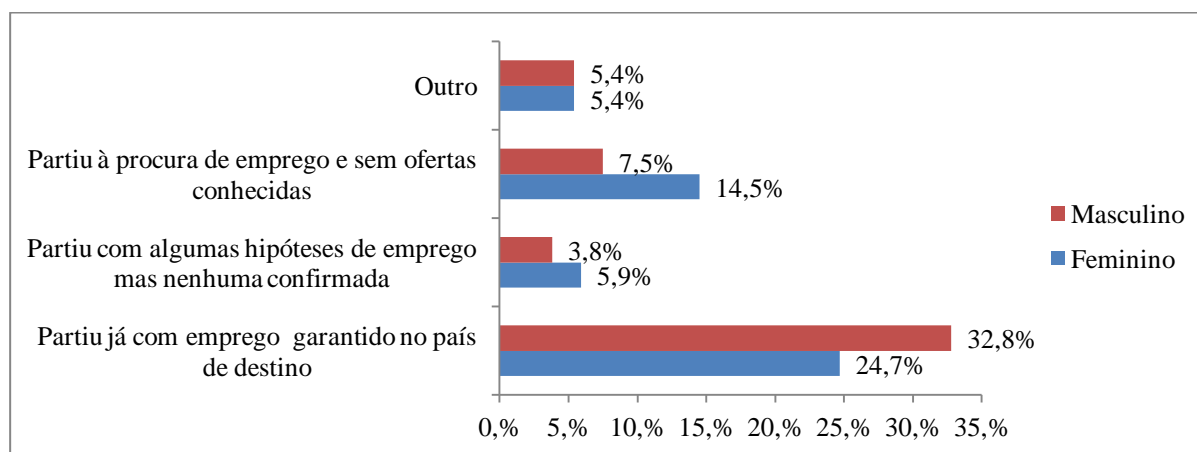
6,2% (11) do feminino e, inversamente, dos inquiridos que nunca enviam remessas para Portugal 22% (39) são do sexo feminino e 18,1% (32) do masculino.

## 2.4 Integração no país estrangeiro

A integração no país estrangeiro é, a nosso ver, um dos aspetos fundamentais a ter em conta na análise desta problemática migratória. Conhecer como foi preparada a partida, as principais dificuldades que os inquiridos sentiram quando chegaram ao estrangeiro, qual é a sua situação profissional, o que fazem nos tempos livres e como se consideram e se sentem no país acolhimento, são aspetos que abordamos neste ponto.

Em relação ao modo como foi a partida para o estrangeiro, mostra-se na figura III.13 que 57,5% dos respondentes (186), dos quais 24,7% (46) são do sexo feminino e 32,8% (61) do masculino, acautelou, previamente, a sua situação profissional e partiu para o estrangeiro com a garantia de trabalho no país de destino. Uma percentagem de 9,7%, com 5,9% (11) do sexo feminino e 3,8% (7) do masculino, partiu com algumas hipóteses de trabalho, mas nenhuma confirmada, e 22%, sendo 14,5% (27) do sexo feminino e 7,5% (14) do masculino arriscou a saída e foi à procura de trabalho sem ofertas conhecidas.

Figura III.13 - Partida para o estrangeiro (n=186)



No que concerne à integração no país estrangeiro, criou-se o indicador com sete itens<sup>9</sup>, em escala tipo Likert, com grau de dificuldade de 1 (nenhuma dificuldade) e 10 (muita

---

<sup>9</sup> Itens: Domínio da língua; arrendamento de casa; conseguir emprego; obter equivalência de habilitações académicas; relacionamento com os colegas de trabalho; abrir conta bancária; cuidados de saúde.

dificuldade). Observa-se no quadro III.3 que os respondentes (189) não registaram grandes dificuldades de integração, quando chegaram ao país de acolhimento. Mesmo assim, o mais difícil foi o arrendamento da casa, com 4,76 de média e o domínio da língua com 4,46.

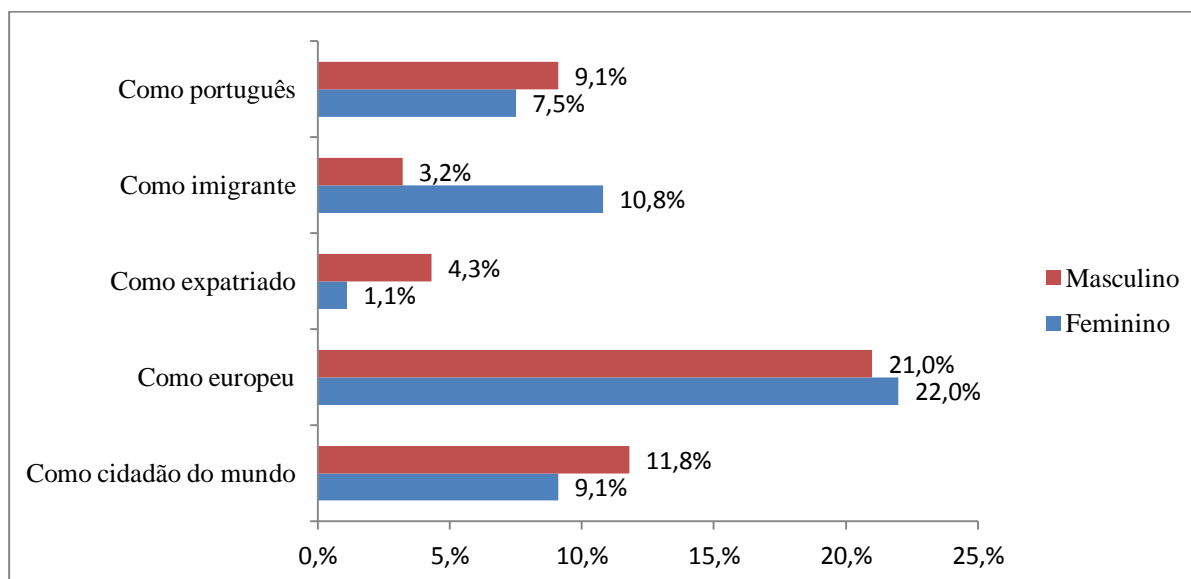
*Quadro III.3 - Dificuldades de integração no país estrangeiro*

Dificuldades de integração	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Domínio da língua	189	1	10	4,46	3,248
Arrendamento de casa	189	1	10	4,76	2,947
Conseguir emprego	189	1	10	3,09	2,796
Obter equivalência de habilitações académicas	189	1	10	2,47	2,326
Relacionamento com os colegas de trabalho	189	1	10	3,20	2,309
Abrir conta bancária	189	1	10	3,21	2,619
Cuidados de saúde	189	1	10	3,38	2,546

Sobre esta questão relativa às dificuldades de integração no país estrangeiro, foi, também, efetuada uma Análise de Componentes Principais (ACP), que agregou os sete itens em três componentes principais. A primeira componente com dois itens (Obter equivalência de habilitações académicas e Conseguir emprego), a segunda igualmente com dois itens (Cuidados de saúde e abrir conta bancária e) e a terceira com três (Domínio da língua, arrendamento de casa e relacionamento com os colegas de trabalho). As estatísticas de confiabilidade são, no entanto, de fraca consistência com Alfa de Cronbak de 0,655. A primeira componente tem uma percentagem de variação explicada de 22,918%, a segunda componente 22,423% e a terceira 20,936%.

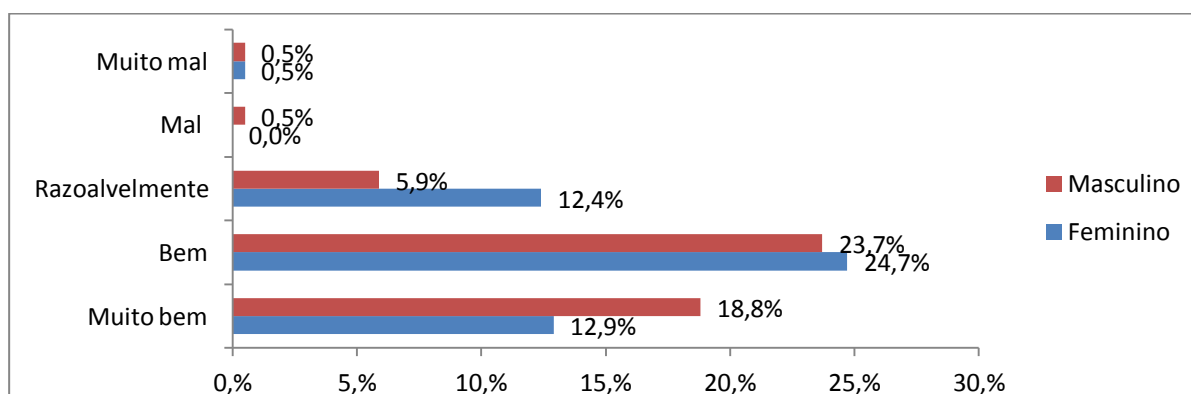
Relativamente ao modo como os inquiridos se consideram no país estrangeiro, percebe-se pela figura III.14 que 43 % se consideram como europeus, 20,9 % como “cidadãos do mundo”, 16,6% como “portugueses” e 14 % “como imigrantes”. De notar que há mais inquiridos do sexo masculino do que do feminino a considerarem-se como cidadãos do mundo, 11,8% (22) contra 9,1% (17) e inversamente há mais do sexo feminino do que do masculino que se consideram como imigrantes, 10,8 % (20) e 3,2 % (6), respetivamente.

Figura III.14 - Como se considera no país estrangeiro (n=186)



Outro indicador que, também, permite medir o grau de bem-estar dos inquiridos é o do modo como eles se sentem no estrangeiro: é expressiva a percentagem dos que respondem que se sentem bem, 48,4 %, sendo 24,7% (46) do sexo feminino e 23,7% (44) do masculino; sentem-se muito bem 31,7%, dos quais 12,9% (24) do sexo feminino e 18,8% (35) do masculino. Os inquiridos que respondem que se sentem mal e muito mal têm uma expressão praticamente residual, de apenas 0,5% (1) e 1,1% (2), respetivamente, conforme figura III.15.

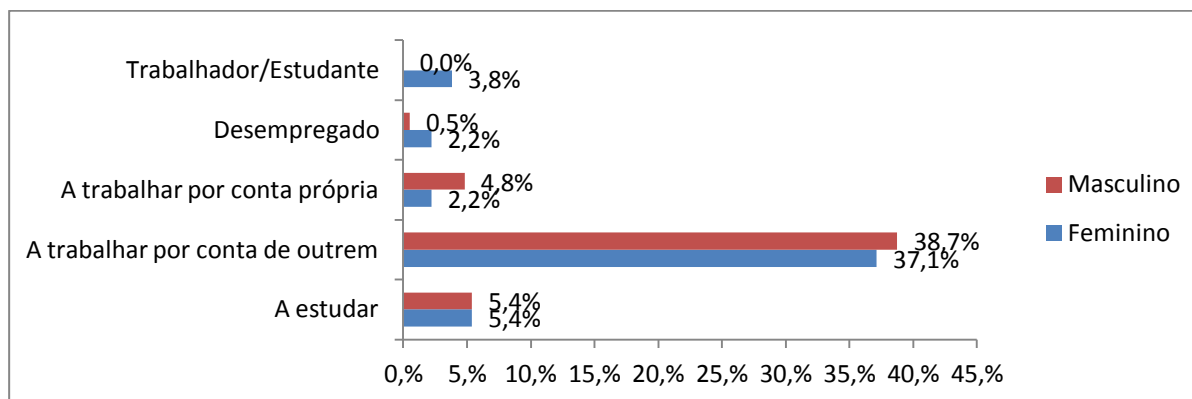
Figura III.15 - Como se sente no país estrangeiro (n=186)



No que respeita à situação profissional dos inquiridos, observa-se na figura III.16 que a sua esmagadora maioria, 75,8%, trabalha por conta de outrem e destes, 37,1%, são do sexo feminino e 38,7% do masculino. Apenas 7 % trabalham por conta própria, sendo a grande parte do sexo masculino com 4,8% (9) contra 2,2 % (4) do feminino. De salientar, também, que 5,4 % (10) dos inquiridos do sexo feminino e igual percentagem (5,4%) do masculino

estão a estudar. Verificam-se, ainda, situações de desemprego em 2,7% dos inquiridos, em maior proporção nos do sexo feminino com 2,2% (4), contra 0,5% (1) do masculino.

Figura III.16 - Situação profissional (n=186)

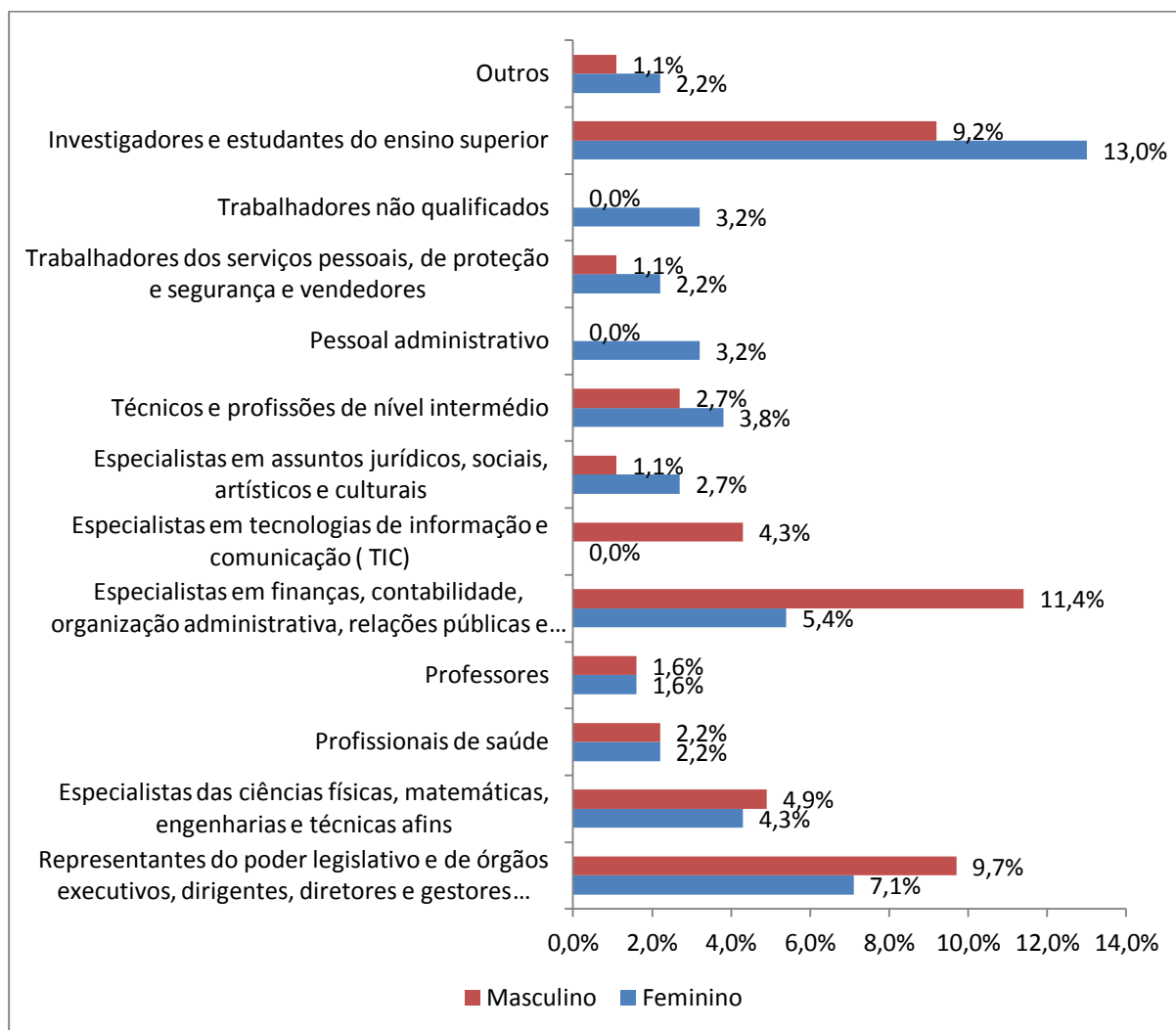


Para fazermos o tratamento das respostas à questão em aberto sobre a atividade profissional, dividimos as atividades em treze grupos, indicados no anexo G, construídos pelo autor, com base na tabela da “ Classificação Portuguesa das Profissões”, (Classificação Portuguesa das Profissões- Edição 2011. Instituto Nacional de Estatística).

Como se pode observar na figura III.17 o grupo de “Investigadores e estudantes do ensino superior” é o que colhe maior número de respostas, com 22,2%, sendo 13% (24) do sexo feminino e 9,2% (17) do masculino. Seguem-se os grupos de “ Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais”, com 16,8 %, dos quais 11,4% (21) do sexo masculino e 5,4% (10) do feminino e de “ Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos”, também, com 16,8 %, sendo 7,1% (13) do sexo feminino e 9,7% (18) do masculino.

De salientar, ainda, que no grupo dos “ Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC) ” há mais inquiridos do sexo masculino do que do feminino, 4,3% (8) e nenhum do sexo feminino, contrariamente, ao grupo de “Pessoal administrativo” em que são todos do sexo feminino, com 3,2% (6).

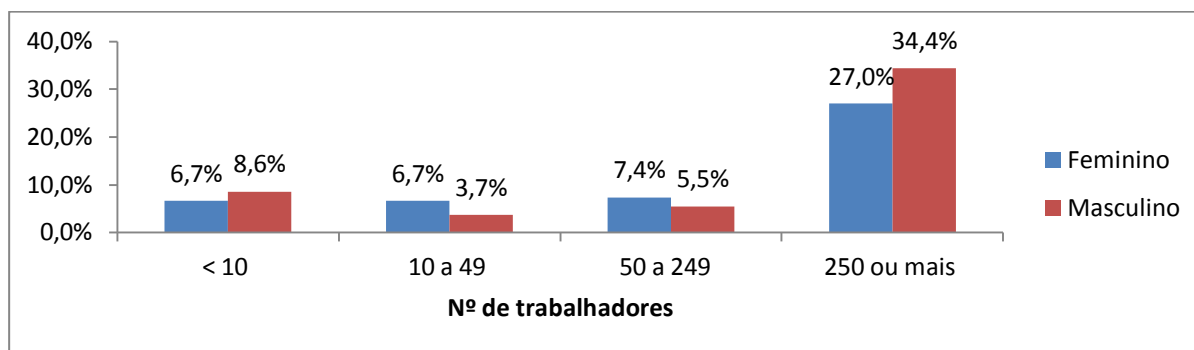
Figura III.17 - Atividade profissional (n=185)



Relativamente à questão sobre a dimensão da empresa, nota-se pela figura III.18 que 61,3% trabalham em empresas de grande dimensão, com 250 ou mais trabalhadores, 15,3 % em empresas com menos de 10 trabalhadores, 12,9 % em empresas com 50 a 249 trabalhadores e 10,4 % em empresas com 10 a 49 trabalhadores.

Fazendo a análise comparativa por sexo observa-se que os inquiridos do sexo masculino são em maior percentagem do que os do feminino nas empresas com 250 ou mais trabalhadores, 34,3% (56) contra 27,0% (44). Situação idêntica existe, igualmente, nas empresas com menos de 10 trabalhadores, 8,6% (14), contra 6,7% (11). Inversamente nas empresas com 10 a 49 trabalhadores são mais os respondentes do sexo feminino, 6,75 % (11), do que do masculino 3,7% (6) e o mesmo acontece nas empresas com 50 a 249 trabalhadores.

Figura III.18 - Caracterização da dimensão da empresa onde trabalham (n=163)

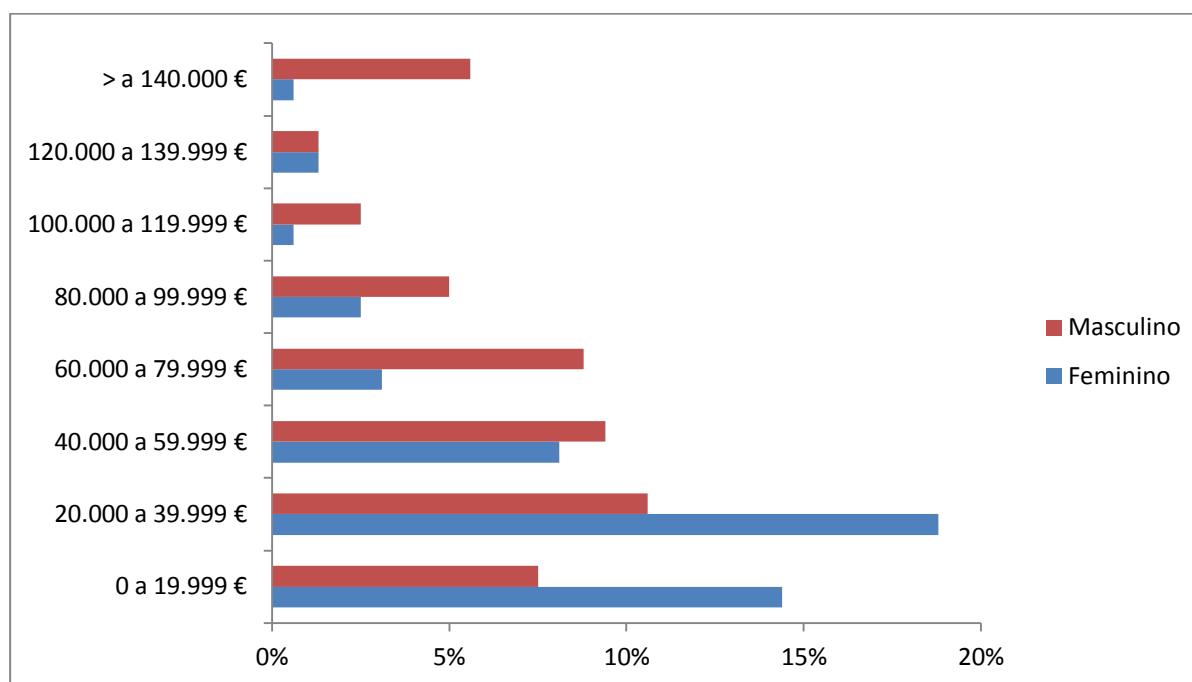


Quanto aos rendimentos auferidos pelos inquiridos, conclui-se, conforme figura III.19, que 51,3 % têm rendimentos anuais líquidos abaixo dos 40.000 € e deste total, 21,9% têm rendimentos de 0 a 19 999 € e 29,40% entre 20 000 € e 39 999 €. De notar, também, que 19 inquiridos, correspondendo a uma percentagem de 11,9 % da amostra, têm rendimentos anuais líquidos entre 60 000 € a 79 999 € e 10, ou seja 6,2 %, tem rendimentos acima de 140 000 €.

De destacar, também, as diferenças de rendimentos entre os inquiridos do sexo masculino e os do feminino, havendo uma maior percentagem de inquiridos do sexo feminino nos escalões de rendimentos mais baixos, como é caso dos que auferem até 19 999 €, em que 7,5 % (12) são do sexo masculino e 14,4% (23) do sexo feminino. Contrariamente, no escalão de rendimentos superiores a 140 000 €, os inquiridos do sexo masculino são em maior percentagem do que os do feminino, 5,6% (9) contra 0,6% (1), respetivamente.



Figura III.19 - Rendimentos anuais líquidos (n=160)

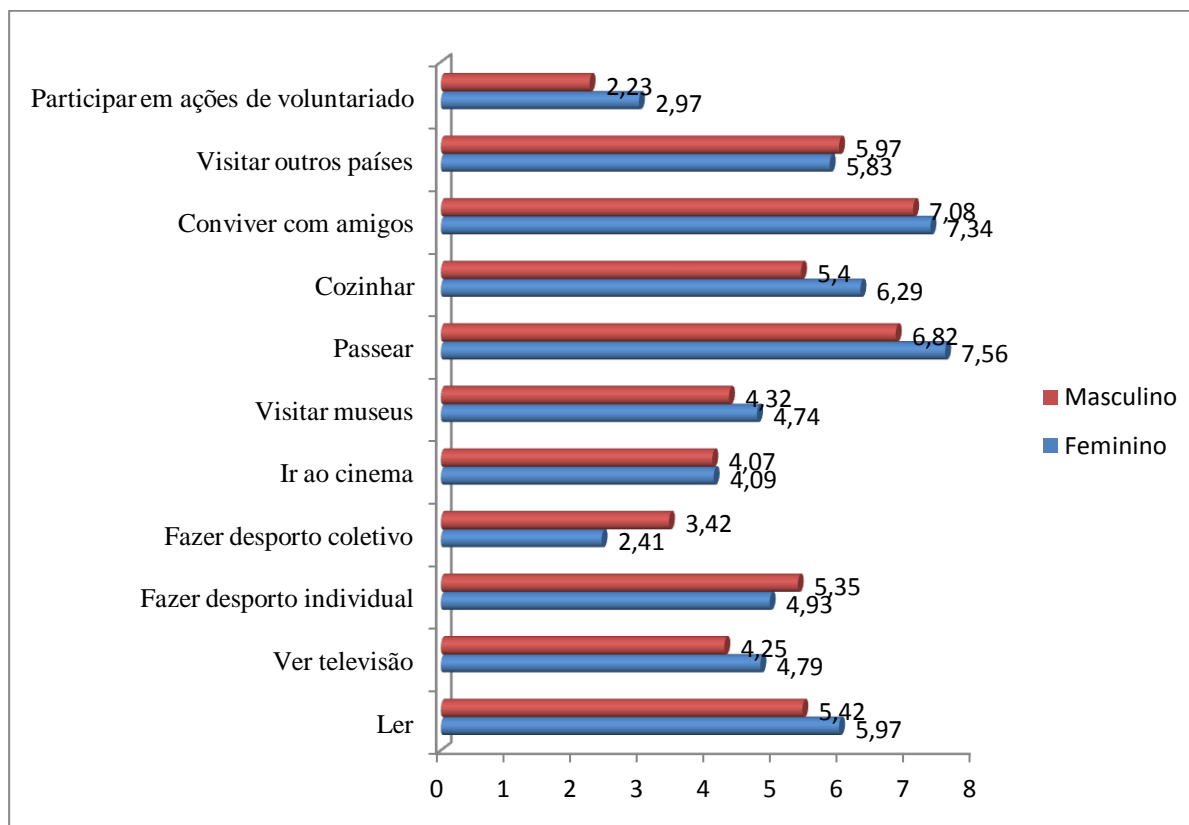


A este propósito importa salientar que a remuneração base mensal bruta dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal, no conjunto dos anos de 2006 a 2014 (anos disponíveis) é, em média, de 871 € (GEP/MEC/Pordata). Efetuados os cálculos a 14 meses, com a dedução de 11% para a Taxa Social Única (TSU) e 11% para o Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Singulares (IRS) deduz-se que a remuneração anual líquida é de cerca de 9 517 €. Feitos os cálculos da remuneração, apenas para os quadros superiores, verifica-se que a remuneração líquida anual anda na ordem dos 19 219 €, partindo de um salário mensal médio de 2 096 €, no conjunto daqueles mesmos anos, e com a dedução de 11% de TSU e 23,5% de IRS (GEP/MEC/Pordata). Face ao que antecede é possível concluir que cerca de 21% de inquiridos têm rendimentos idênticos à média de remunerações praticadas em Portugal para os quadros superiores, mas a grande maioria, à volta de 79%, auferem remunerações acima daquela média.

No que se refere à ocupação dos tempos livres, observa-se na figura III.20 que, numa escala tipo Likert, com grau de ocupação de 1 (nenhum tempo) a 10 (muito tempo), o “convívio com os amigos” é a maior ocupação, com média de 7,34 para os respondentes do sexo feminino e 7,08 para os do masculino, seguindo-se o “passear” como a segunda maior ocupação dos tempos livres, com médias de 7,56 e 6,82, respetivamente, para os inquiridos do sexo feminino e para os do masculino. Nota-se, igualmente, que a ocupação dos tempos livres com

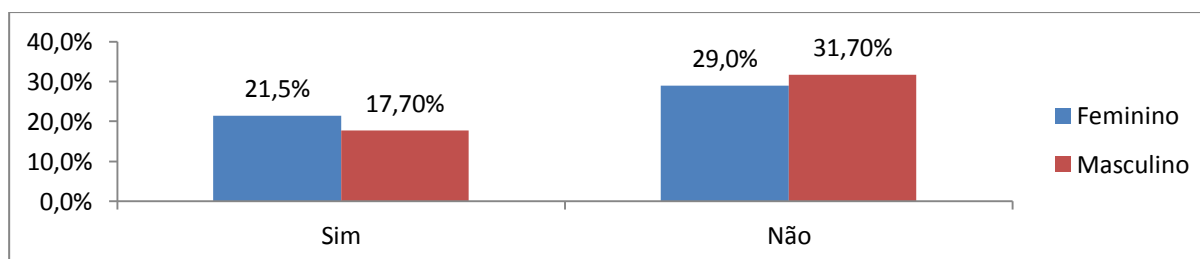
“Participar em ações de voluntariado” tem a média mais baixa das respostas, com 2,97 para os inquiridos do sexo feminino e de 2,23 para os do masculino.

Figura III.20 - Ocupação dos tempos livres (n=186)



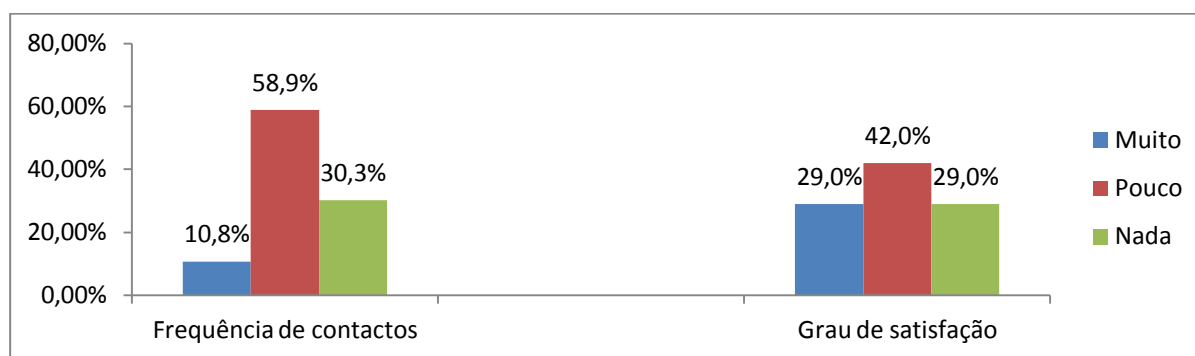
Sobre a questão de partilha da casa, percebe-se pela figura III.21 que 39,2 % dos respondentes a partilham e destes, 21,5% (40) são do sexo feminino e 17,7% (33) do masculino. Dos 60,8 % que não partilham a casa, 31,7% (59) são do sexo masculino e 29 % (54) do feminino.

Figura III.21 - Partilha de casa (n=186)



Em relação aos contactos com as entidades oficiais portuguesas, observa-se na figura III.22, que apenas 10,8 % dos inquiridos assinalam terem muita frequência de contactos, contra 58,9 % que dizem terem pouca e 30,3% não terem nenhuma.

Figura III.22 - Contactos com entidades oficiais portuguesas



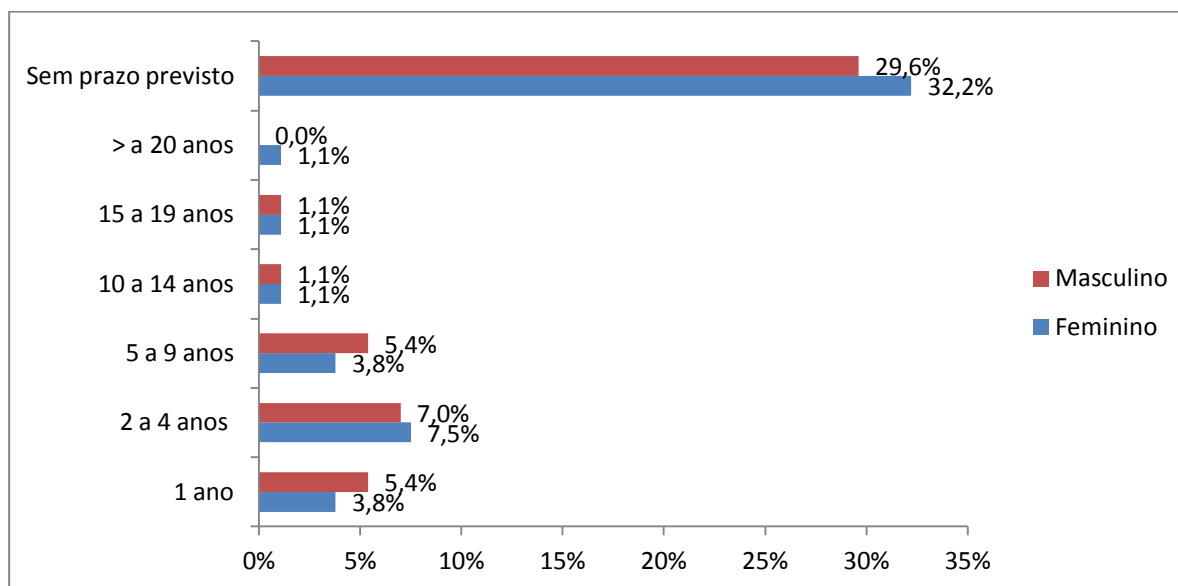
Relativamente ao grau de satisfação dos que contactam as entidades oficiais portuguesas: 29 % dos 131 inquiridos estão muito satisfeitos, sendo 13 % (17) do sexo feminino e 16 % (21) do masculino; 42 %, estão pouco satisfeitos, dos quais 24,4% (32) do sexo feminino e 17,6% (23) do masculino e 29 % nada satisfeitos, com 15,3% (20) do sexo feminino e 13,7% (18) do masculino, como, também, se visualiza na figura III.22.

## 2.5 Regresso a Portugal

O regresso a Portugal é uma das dimensões em análise neste trabalho e de que, em seguida, apresentaremos dados nomeadamente sobre as perspetivas de regresso dos inquiridos e as principais situações que motivam ou dificultam o seu regresso.

Das sete hipóteses de resposta colocadas à consideração dos inquiridos, sobre o que pensam relativamente ao seu regresso a Portugal, figura III.23, é de assinalar que a esmagadora maioria, ou seja 61,8%, (115) assinala a hipótese de “sem prazo previsto de regresso”, e destes são mais os respondentes do sexo feminino 32,2% (60) do que os do masculino 29,6% (55). O prazo previsto de regresso de “2 a 4 anos” obteve 14,5% (27) respostas, sendo 7,5% (14) de inquiridos do sexo feminino e 7% (13) do masculino. A hipótese de prazo previsto de regresso de “mais de 20 anos” teve 1,1% (2) respondentes do sexo feminino e nenhum do masculino. Regista-se, ainda, que há 9,2% (17) inquiridos que pensam regressar no prazo de 1 ano, sendo, neste caso, mais os do sexo masculino 5,4% (10) do que do feminino 3,8% (7). Nota-se, assim, uma ligeira tendência de regresso a maior longo prazo por parte dos inquiridos do sexo feminino do que do masculino.

Figura III.23 - Prazo previsto de regresso (n=186)



No respeitante às motivações que poderão influenciar os inquiridos a regressar a Portugal, foram considerados cinco itens<sup>10</sup>, em escala de tipo Likert com grau de importância de 1 (nada importante) e 10 (muito importante). O “ dar apoio à família” e “ a melhor qualidade de vida em Portugal”, foram as respostas que mereceram maior destaque por parte dos inquiridos, com médias de 7,11 e 6,43, respetivamente e contrariamente, a motivação de “ maior segurança em Portugal”, registou a média mais baixa das cinco hipóteses, com 3,71, como se observa no quadro III. 4.

Quadro III.4 - Motivações para o regresso

Motivações para o regresso	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Maior segurança em Portugal	175	1	10	3,71	3,135
Dar apoio à família	176	1	10	7,11	3,008
Ter surgido oportunidade de trabalho atrativo em Portugal	175	1	10	5,86	3,426

<sup>10</sup> Itens: Maior segurança em Portugal; dar apoio à família; ter surgido oportunidade de trabalho atrativo em Portugal; a melhor qualidade de vida em Portugal; maior facilidade de educação dos filhos.

A melhor qualidade de vida em Portugal	174	1	10	6,43	3,042
Maior facilidade na educação dos filhos	175	1	10	4,83	3,343

Sobre esta questão das motivações para o regresso efetuou-se uma Análise de Componentes Principais (ACP), que agregou os cinco itens em apenas uma componente principal, com uma percentagem de variação explicada de 46,770% e uma razoável medida de consistência com Alfa de Cronbak de 0.707.

Em relação às situações que condicionam os inquiridos a regressar a Portugal foram colocadas cinco hipóteses<sup>11</sup> em escala de tipo Likert, com grau de importância de 1 ( nada importante) a 10 ( muito importante). “Os baixos salários praticados em Portugal” e “a falta de perspectivas de carreira profissional” são as duas situações que mais condicionam o regresso dos inquiridos, com médias, respetivamente, de 8,54 e 8,20 e a hipótese que menos condiciona é “ a dificuldade em levar a família”, com média de 3,22, como se visualiza no quadro III.5.

*Quadro III.5 - Situações que condicionam o regresso a Portugal*

Situações que condicionam o regresso a Portugal	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
A crise económica	188	1	10	7,51	2,964
Os baixos salários praticados em Portugal	188	1	10	8,54	2,366
A dificuldade de conseguir trabalho compatível com a formação académica	188	1	10	7,45	3,200
A falta de perspectivas de carreira profissional	188	1	10	8,20	2,706
A dificuldade em levar a família	188	1	10	3,22	2,980

Para este indicador relativo às situações que condicionam o regresso a Portugal fez-se, também, uma Análise de Componentes Principais (ACP), que agregou numa única componente principal quatro itens (Os baixos salários praticados em Portugal, a falta de

---

<sup>11</sup> Hipóteses: A crise económica; os baixos salários praticados em Portugal; a dificuldade de conseguir trabalho compatível com a formação académica; a falta de perspectivas de carreira profissional; a dificuldade de levar a família.

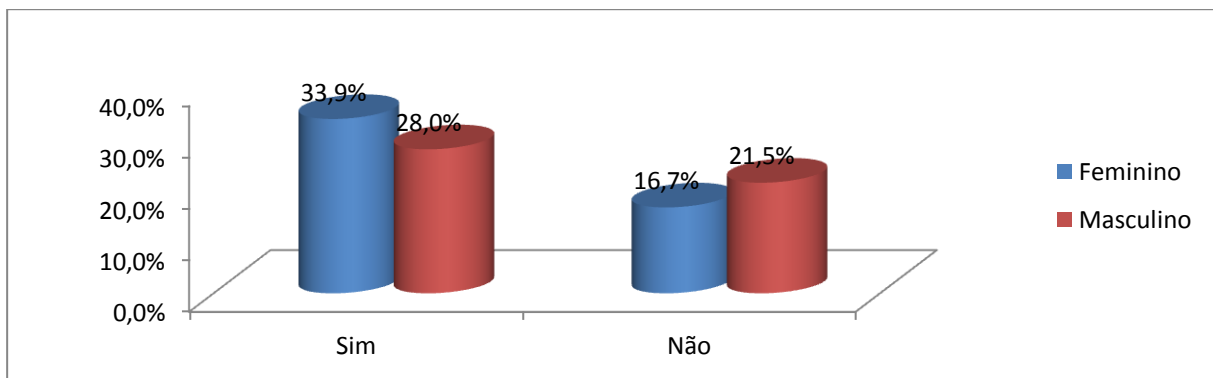
perspetivas de carreira profissional, a crise económica e a dificuldade de conseguir trabalho compatível com a formação académica), com uma percentagem de variação explicada de 52,214% e boa medida de confiabilidade com Alfa de Cronbak de 0.804.

## 2.6 Antecedentes de emigração, formação e atividade profissional dos pais

Nesta secção apresentamos alguns dados sobre a cultura migratória dos nossos inquiridos, bem como sobre o nível de instrução e atividade profissional dos seus pais.

A maior parte dos respondentes, 61,9%, tem antecedentes de emigração na família, registando-se uma maior percentagem por parte do sexo feminino com 33,9% (63), contra 28,0% (52) do masculino, como se visualiza na figura III.24.

Figura III.24 - Antecedentes de emigração na família (n=186)



No que concerne à formação académica dos pais, figuras III.25 e III.26, é de sublinhar a expressiva percentagem das respostas que indicam que os pais têm formação de nível superior, com 44,4% e 47,3%, respetivamente, para o pai e para a mãe. Com instrução ao nível do curso comercial ou equivalente observa-se na amostra que há 13,4% de pais e 12,9%, de mães e com o 1º ciclo 15,0% para o pai e 12,9% para a mãe.

Figura III.25 - Nível de instrução do pai (n=187)

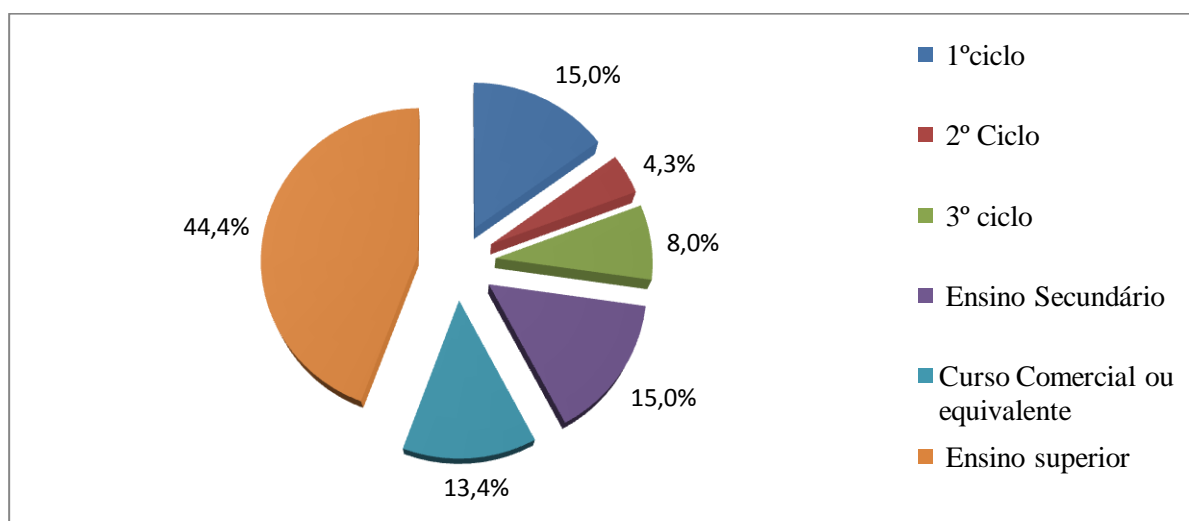
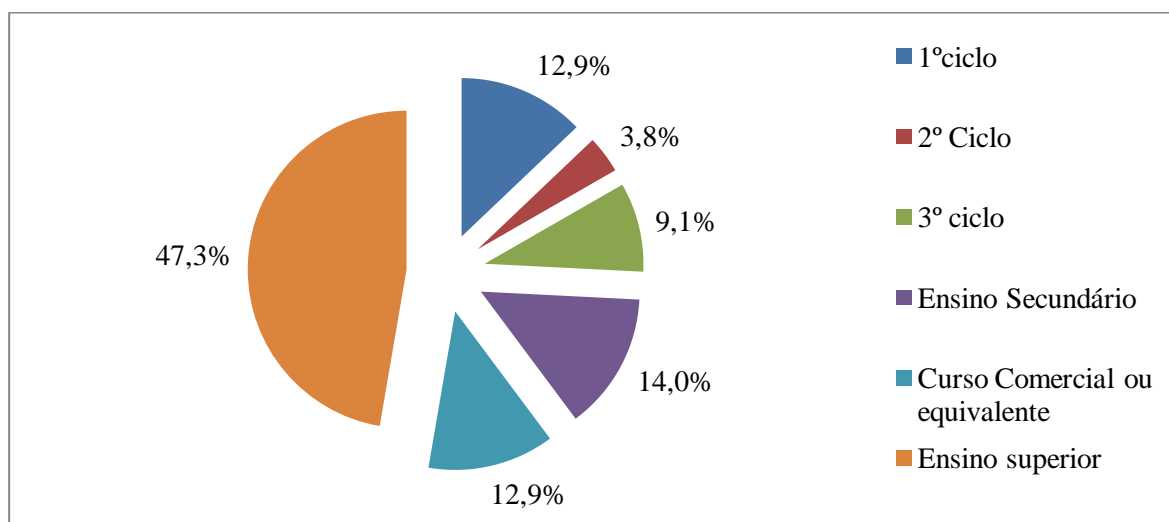


Figura III.26 - Nível de instrução da mãe (186)



Como já anteriormente mencionado, a atividade profissional dos pais, figura III.27, é uma das oito questões em aberto no questionário. Para fazer o tratamento dos dados e tendo por base a tabela da “Classificação Portuguesa das Profissões” (*Classificação Portuguesa das Profissões-Edição 2011. Instituto Nacional de Estatística*), dividimos as atividades em grupos, um para as atividades do pai, conforme anexo H e outro para as da mãe, indicadas no anexo I.

Quanto à atividades profissional do pai constata-se que 27,2 % já estão reformados, 15,6 % exercem atividades profissionais de coordenação e direção, inseridas no grupo “Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos”, 9,4% são “Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas

afins” e 7,2% são “Professores” e igual percentagem de 7,2% são “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”. Em relação à atividade profissional das mães igualmente se verifica que 22,7% das mães também já estão reformadas e o grupo seguinte é o das “Professoras” com uma percentagem de 22,1%, a que se segue o grupo das “Atividades de nível intermédio” com 12,7 %.



Figura III.27 - Atividade profissional dos pais (n= 180)



A análise comparativa das atividades profissionais dos pais e das mães permite afirmar que existe uma diferença significativa no grupo dos “professores”, com 22,1% para as mães e

7,2% para os pais e, também, expressiva, no grupo de “Técnicos e profissões de nível intermédio”, com 12,7% para as mães e 6,7% para os pais. Igualmente se nota diferença, mas de sentido contrário, no grupo dos “Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins”, com 9,4% para os pais e 0,6% para as mães e nos das “Atividades de coordenação e direção”, com 15,6% referente ao pai e 9,9% à mãe.

## Capítulo IV - Conclusões

Ao abordar o tema da emigração a canção “*Ei-los que partem*” veio-nos à memória, na magistral voz de Manuel Freire:

<i>“Ei-los que partem</i>	<i>Ei-los que partem</i>	<i>Virão um dia</i>
<i>novos e velhos</i>	<i>de olhos molhados</i>	<i>ricos ou não</i>
<i>buscando a sorte</i>	<i>coração triste</i>	<i>contando histórias</i>
<i>noutras paragens</i>	<i>e a saca às costas</i>	<i>de lá de longe</i>
<i>noutras aragens</i>	<i>esperança em riste</i>	<i>onde o suor</i>
<i>entre outros povos</i>	<i>sonhos dourados</i>	<i>se fez em pão</i>
<i>ei-los que partem</i>	<i>ei-los que partem</i>	<i>virão um dia</i>
<i>velhos e novos.</i>	<i>de olhos molhados</i>	<i>ou não”.</i>

A saudade, a dor da separação, marcam o tom do poema, em nossa leitura, alinhado eventualmente com a teoria económica neoclássica, segundo a qual a emigração resulta de um projeto e de uma racionalidade individual, do custo de cada sujeito na procura de melhores condições materiais.

Embora sem ambições representativas do universo da população emigrante com habilitações superiores as conclusões a que chegamos contrariam a perspetiva que vê na emigração a consequência de um mero projeto singular. A teoria da nova economia das migrações laborais (Portes,1999) sustenta que as migrações não se explicam apenas pelas diferenças de rendimentos entre contextos mas antes por uma combinação de fatores como, por exemplo, a oportunidade de encontrar um emprego, a disponibilidade de capital para iniciar uma atividade empresarial, a necessidade de gerir riscos a longo prazo, o contexto familiar, etc. Para os nossos inquiridos foram, essencialmente, razões de natureza profissional e de expectativas relacionadas com uma ideia de carreira profissional que estiveram na origem da partida para o estrangeiro, mais do que a privação material ou subsistência.

Tal conclusão retira-se, não só das respostas ao questionário, como também das entrevistas que fizemos, como se pode observar pelo teor dos seguintes relatos: Foi para o estrangeiro por sua opção, por livre vontade, por pretender trabalhar num ambiente internacional e não por razões de emprego (RC); sempre teve o “bichinho” de ir para fora e a partida não foi por

obrigação, nem por razões monetárias e a família não teve qualquer interferência (BI); partiu por vontade de enveredar por uma carreira internacional e auferir melhores remunerações (AM) e sempre aspirou ir trabalhar para o estrangeiro (JC).

As características da amostra ajudam a compreender as respostas. Os nossos inquiridos, que são jovens qualificados, partiram maioritariamente não por estarem desempregados ou por razões familiares mas, fundamentalmente, porque consideram que terão melhores perspetivas de carreira no estrangeiro do que em Portugal. A educação formal e os recursos sociais que esta população se encontra em condições de mobilizar num contexto de desadequação entre expectativas e condições para as realizar no país de origem contribuem para compreender as diferenças entre esta migração e a que marcou a geração dos anos 50 e 60 do século passado.

E isso reflete-se na segunda pergunta, relativa ao **como** os nossos inquiridos se integraram no país de acolhimento. De acordo com as respostas obtidas a maioria não teve especiais dificuldades de integração e sente-se bem ou muito bem no país de acolhimento, comunica frequentemente com a família e desloca-se a Portugal com regularidade, em média quatro vezes por ano. Esta situação é, também, substancialmente distinta da que viveram anteriores gerações que não dispunham da facilidade de contacto direto ou presencial com a origem contribuindo em muitos casos para um maior isolamento cultural por via do reforço de práticas identitárias e consumos associados à origem como forma de mitigar os efeitos do contacto esporádico.

Relativamente à terceira questão sobre **quando** perspetivam regressar a Portugal, parece-nos ser possível dizer que os nossos inquiridos não se “alimentam” do projeto de retorno à origem e a maior parte deles encara o regresso como uma situação sem prazo previsto. Para este resultado, contribuem, em nosso entender, nomeadamente, as facilidades de transporte e de comunicações, que atualmente existem e que lhes propiciam visitas regulares à terra natal e comunicações frequentes, muito especialmente com a família. A ausência de situações de tensão social relativa à sua condição de imigrante nos contextos de receção deve também ser tomada em conta na interpretação deste resultado.

Para além da resposta às três perguntas de partida, os dados obtidos permitem avançar com outras características que enquadram a especificidade deste tipo migratório. Para além das habilitações superiores, esta população já tinha, maioritariamente, contactos com países estrangeiros, quer pela frequência de estágios no âmbito do programa Erasmus, quer por visitas a familiares e a amigos a estudar fora do país ou já inseridos no mercado de trabalho,

quer em lazer. Observa-se, também, uma acentuada mobilidade após a 1ª saída para o estrangeiro, em percentagem não despreciable e, nalguns casos, até mais do que uma vez. O regresso a Portugal é sobretudo motivado pela necessidade de apoio à família e de uma alegada melhor qualidade de vida. Por outro lado, as circunstâncias que mais condicionam o regresso dos inquiridos são a remuneração média inferior e a limitação relativamente à carreira profissional.

Finalmente, registamos as limitações que, naturalmente, fomos tendo, ao longo deste trabalho, designadamente de ordem metodológica. A opção por trabalhar com dados primários foi uma decisão tomada desde o início e que, em momento algum, hesitámos em prosseguir. Contudo, a utilização do inquérito por questionário on-line, embora com virtudes próprias, dificultou a validação de alguma informação, e obrigou a um esforço permanente de divulgação na procura de mais interlocutores com tempos de retorno mais demorados do que o previsto. As oito questões em aberto no questionário permitiram obter informação com mais detalhe e possibilidades interpretativas mas o seu tratamento implicou, obviamente, um maior investimento.

As próprias limitações normativas decorrentes do guião para elaboração da dissertação constrangeram as possibilidades de desenvolvimento do próprio trabalho na medida em que apenas com a secção descritiva do trabalho foi quase esgotado o número de páginas permitido para a totalidade do documento. Foi necessário um ajuste severo na economia do texto que sentimos ter penalizado o resultado final mas não as suas conclusões.

Neste sentido, esperamos, de algum modo, ter contribuído para um incremento no conhecimento da realidade da emigração qualificada portuguesa. Os indicadores socioeconómicos correntes e a lógica própria do fenómeno migratório captada por este trabalho apontam para a manutenção da relevância e presença do tema nos círculos políticos e académicos. Outras dimensões sobressaíram do presente trabalho embora não tenhamos tido aqui espaço para as explorar, o que contamos fazer num futuro próximo, e surgirão certamente em outras investigações em curso, como a evidente mobilidade destes “cidadãos europeus”, que frequentemente mudam de país estrangeiro, e talvez ainda mais interessante, e com outras implicações ao nível das relações interpessoais e da evolução social em áreas de conflito social, é a prevalência de relações de conjugalidade estabelecidas com elementos nativos dos contextos de receção que se traduzem em muitos casos em descendência com dupla nacionalidade e novas modalidades de organização familiar.

Uma outra dimensão que, certamente, continuará a ser objeto de estudo, tem a ver com as consequências destes fluxos migratórios, designadamente em termos económicos e, sociais. Qual o efeito, a médio e a longo prazo, nas estruturas demográficas do país de origem da emigração de uma população jovem e com maior capacidade para inverter a tendência acentuada de envelhecimento da população e diminuição do contingente ativo – em particular num contexto em que o saldo migratório se apresenta negativo? Qual o impacto no desenvolvimento económico de uma saída substantiva de um contingente com habilitações superiores e respetivas competências adquiridas? São questões que suscitam controvérsia política mas que dificilmente poderão deixar de ocupar as preocupações dos investigadores.

## Referências Bibliográficas

- Amaral, Susana e Ana Paula Marques (2013), “Emigração Portuguesa de Profissionais Altamente Qualificados: Uma proposta de leitura a partir do discurso jornalístico e das perspetivas de atores envolvidos”, *CICS, Universidade do Minho*.
- Anido, Nayade e Rubens Freires (1978), *L’Emigration Portugaise: presente et avenir*. Paris. PUF.
- Baganha, Maria Ioannis B. (1994), “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, *Análise Social*, vol. XXIX (128), pp.959-980.
- Candeias, Pedro, Bárbara Ferreira e João Peixoto (2014), “Emigração portuguesa: o que temos vindo a estudar e o que nos falta saber – uma análise bibliométrica entre 1980 e 2013”, *População e Sociedade, CEPESE*, vol. 12, pp. 11-31.
- Carmo, Renato Miguel e José Alberto Simões (Organizadores) (2009), *A Produção das Mobilidades. Redes, Espacialidades e Trajetos*. Lisboa. Imprensa Ciências Sociais.
- Castles, Stephen (2005), *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios*, Lisboa, Fim de Século.
- Cerdeira, Luísa, Maria de Lourdes Machado-Taylor, Tomás Patrocínio e Belmiro Cabrito (2015), “Exportar” mão-de-obra qualificada a custo zero: quanto perde Portugal com a fuga de cérebros?”, *Revista Educação em Questão, Natal*, v. 53, 39, pp. 45-75.
- Garcia, José Luís (Coordenador) (1998), *A Emigração Portuguesa Uma breve introdução*, Lisboa, MNE.
- Garcia, José Luís (Organizador) (2000), *Portugal Migrante. Emigrantes e Imigrantes, Dois Estudos Introdutórios*, Oeiras, Celta Editora.
- Góis, Pedro e José Carlos Marques (2016), “A emigração portuguesa e o sistema migratório lusófono. Complexidade e dinâmicas de um país de migrações”, *Informe OBIMID, Relatório*.
- Gomes, Rui Machado (Coordenador) (2015), *Fuga de Cérebros. Retratos da Emigração Portuguesa Qualificada*, Lisboa, Bertrand Editora.
- Lopes, João Teixeira (2014), *Geração Europa? Um estudo sobre a Jovem Emigração Qualificada parra França*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Machado, Fernando Luís (1997), “Contornos e especificidades da imigração em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, vol. 24, pp. 9-44.
- Marques, José Carlos (2008), *Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Oliveira, Isabel Tiago (2007), “Emigração, retorno e reemigração na primeira metade do século XX”, *Análise Social*, vol. XLII (184), pp. 837-852.
- Pedroso, Maria Inês Costa (2012), “Entrevista a Maria Manuela Aguiar: Depois de uma vida dedicada à emigração...as diferenças entre o fenómeno atual e o de outrora”, *Cultura, Espaço & Memória*, 5.
- Peixoto, João (2004), “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas”, *SOCIUS-Working Papers*, 11, pp. 1-36.
- Peixoto, João (2012), “A emigração portuguesa hoje: o que sabemos e o que não sabemos,” *SOCIUS Working Papers*, 5, Instituto Superior de Economia e Gestão.

- Peixoto, João e Beatriz Padilla, José Carlos Marques, Pedro Góis (Organizadores) (2015), *Vagas Atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Peixoto, João e Isabel Tiago Oliveira, Joana Azevedo, José Carlos Marques, Pedro Góis, Jorge Malheiros e Paulo Miguel Madeira (Organizadores) (2016), *O Regresso ao futuro, a nova emigração e a sociedade portuguesa*, Lisboa, Gradiva.
- Pereira, Vítor (2014), *A Ditadura de Salazar e a Emigração*, Lisboa, Círculo Leitores.
- Pinho, Filipa (2016), "As origens da política portuguesa de emigração; uma entrevista com Miriam Halpen Pereira", *Oem Conversations With 3, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES*.
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo e Ana Cristina Ribeiro (2014), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL, DOI.
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Espírito Santo, Inês Vidigal e Ana Cristina Ribeiro (2015), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2015*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL e DGACCP.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras. Celta Editora.
- Serrão, Joel (1970), "Conspecto histórico da emigração portuguesa", *Análise Social*, XVIII (32) pp.597-617.
- Teixeira, Pedro (2015), *Novo Êxodo Português-Causas e Soluções*, Porto, Vida Económica – Editorial SA.
- Vidigal, Inês (2016), "Emigração portuguesa para Espanha volta a crescer", *Observatório da Emigração*. <http://observatorioemigracao.pt/np4/5417.html>
- Sites:** INE; OEm; Pordata; Jornais: Público, Observador, Expresso,; RTP; TVI; SIC; DGES.



## **Anexos**

## ANEXO A

### Perfil dos oito entrevistados

<b>Entrevistado</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Ano de partida para o estrangeiro</b>	<b>Formação académica</b>	<b>País estrangeiro de destino</b>	<b>Atividade profissional</b>
AM	M	30	2007	Gestão	Espanha e em 2016 Dubai	Consultor
CM	M	32	2009	Informática de Gestão	Espanha	Empresário
BI	M	30	2007	Gestão	Inglaterra, em 2010 Portugal e em 2013 de novo Inglaterra	Consultor na área financeira
JC	F	30	2007	Gestão	Inglaterra	Consultor na área financeira
MP	M	25	2015	Economia	Inglaterra e em 2016 Itália	Consultor na área financeira
FG	M	33	2013	Engenharia Informática	Alemanha	Informático
LL	F	25	2015	Jornalismo	Angola	Formador

RC	M	28	2012	Engenharia Informática	República Checa, em 2014 Suíça, ainda em 2014 Luxemburgo e em 2015 de novo Suíça	Informático
----	---	----	------	---------------------------	---	-------------

## **ANEXO B**

### **Modelo do Questionário**

#### **1. Bem-vindo ao Meu questionário**

**Caso tenha partido para o estrangeiro, nos anos de 2006 a 2015, e tenha concluído habilitações académicas de nível superior, solicitamos e desde já agradecemos a sua disponibilidade para participar neste trabalho, sobre A Emigração Qualificada Portuguesa, a desenvolver no âmbito do Mestrado de Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, no ISCTE, em Lisboa.**

**Os dados recolhidos neste questionário, que demorará cerca de 15 minutos a preencher, serão tratados em conjunto, garantido-se a sua confidencialidade e anonimato.**

**José Costa Martins**

## 2. Ida para o estrangeiro

\* 1. Ano de partida

- 2006
- 2007
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015

\* 2. País de destino

\* 3. Razões da saída de Portugal ( Grau de importância : 1 sem importância e 10 muita importância)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Conseguir um trabalho melhor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estar desempregado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aumentar a remuneração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Exercer funções compatíveis com a formação académica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter perspectivas de carreira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Integrar uma carreira profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ir ter com o cônjuge/companheiro(a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanhar a família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estudar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter melhor qualidade de vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sempre quis ir trabalhar num país estrangeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecer outras culturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

\* 4. Como organizou a sua saída de Portugal

- Sozinho
- Com ajuda do cônjuge/companheiro/a
- Com ajuda de familiares em Portugal
- Com ajuda de familiares no país de destino
- Com ajuda de amigos em Portugal
- Com ajuda de amigos no país de destino
- Com ajuda da empresa que me contratou
- Outro (especifique)

\* 5. Com quem foi para o estrangeiro

- Sozinho
- Com o conjugue/companheiro/a
- Com outros familiares
- Com amigos
- Outro (especifique)

\* 6. Tem casos antecedentes de emigração na família

- Sim
- Não

7. Se sim qual o grau de parentesco

- Avó
- Avó
- Pai
- Mãe
- Irmão(s)
- Outros

\* 8. Mudou de país estrangeiro após a 1ª saída

- Sim
- Não

9. Se sim, quantas vezes mudou de país

- Uma vez
- Duas vezes
- Três vezes ou mais

10. Anos, países de destino e razões da mudança ( Só em situações de não ter permanecido no mesmo País)

Ano da 1ª mudança

País de destino

Razões da mudança

Ano da 2ª mudança

País de destino

Razões da mudança

Ano da 3ª mudança

País de destino

Razões da mudança

\* 11. Residência atual no estrangeiro

País

Cidade



### 3. Ligações com Portugal

\* 12. N.º médio de deslocações a Portugal por ano

\* 13. Meios de comunicação utilizados ( Grau de utilização: 1 não utiliza e 10 utiliza com muita frequência)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Telefone	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Skype	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
E-mail	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facebook	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

\* 14. Frequência de comunicações com Portugal

	Diariamente	Duas a três vezes por semana	Semanalmente	Quinzenalmente	Mensalmente	Raramente	Nunca
Com a família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Com os amigos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Profissionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

\* 15. É membro de alguma associação em Portugal

- Sim  
 Não

16. Se sim, indique de que tipo

- Profissional  
 Cultural  
 Antigos alunos  
 Desportiva  
 Partido político  
 Outro

**\* 17. Faz investimentos em Portugal**

- Sim  
 Não

**18. Caso faça investimentos em Portugal assinale o tipo**

- Imobiliário  
 Depósitos a prazo  
 Certificados de aforro/tesouro  
 Obras de arte  
 Automóveis antigos  
 Poupança/Reforma  
 Fundos de Investimento  
 Outro

**19. Se faz investimentos em Portugal em imobiliário assinale o tipo**

- Habitação própria  
 Habitação para arrendamento  
 Habitação para recuperação e venda  
 Estabelecimentos comerciais  
 Outro

**\* 20. Montante de investimentos anuais em média, em Portugal**

- 0 a 19.999€  
 20.000 a 39.999€  
 40.000 a 59.999€  
 >60.000€  
 NS/NR

**\* 21. E no estrangeiro faz investimentos**

- Sim  
 Não

22. Se faz investimentos no estrangeiro assinale o tipo

- Imobiliário
- Depósitos a prazo
- Certificados aforro/tesouro
- Obras de arte
- Automóveis antigos
- Poupança/Reforma
- Fundos de investimento
- Outro

\* 23. Montante de investimentos anuais em média, no estrangeiro

- 0 a 19.999,00€
- 20.000,00€ a 39.999,00€
- 40.000,00 a 59.999,00
- > de 60.000,00€
- NS/NR

\* 24. Regularidade de envio de remessas para Portugal

- Semanalmente
- Mensalmente
- Anualmente
- Pontualmente
- Nunca
- NS/NR

#### 4. Integração no país estrangeiro

\* 25. Partida

- Partiu de Portugal já com emprego garantido no país de destino
- Partiu com algumas hipóteses de emprego, mas nenhuma confirmada
- Partiu à procura de emprego e sem ofertas conhecidas
- Outro (especifique)

\* 26. Dificuldades de integração quando chegou ao país estrangeiro ( Grau de dificuldade: 1 nenhuma dificuldade e 10 muita dificuldade)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Domínio da língua	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Arrendamento de casa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conseguir emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Obter equivalência de habilitações académicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relacionamento com os colegas de trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Abrir conta bancária	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cuidados de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

\* 27. Situação profissional

- A trabalhar por conta de outrem
- A trabalhar por conta própria
- A estudar
- Desempregado
- Trabalhador/Estudante

\* 28. Atividade profissional

\* 29. Caraterize a dimensão da empresa onde trabalha

- < 10 trabalhadores
- Entre 10 e 49 trabalhadores
- Entre 50 e 249 trabalhadores
- 250 ou mais trabalhadores
- NS/NR

\* 30. Rendimentos anuais líquidos aproximados

- 0 a 19.999€
- 20.000€ a 39.999€
- 40.000€ a 59.999€
- 60.000€ a 79.999€
- 80.000€ a 99.999€
- 100.000€ a 119.999€
- 120.000€ a 139.999€
- > de 140.000€
- NS/NR

\* 31. Ocupação do tempo livre no país estrangeiro ( Grau de ocupação: 1 nenhum tempo e 10 muito tempo )

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Ler	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ver televisão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fazer desporto individual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fazer desporto coletivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ir ao cinema	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Visitar museus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Passear	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cozinhar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conviver com amigos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Visitar outros países	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participar em ações de voluntariado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

\* 32. No país estrangeiro vive em casa própria

- Sim
- Não

\* 33. Partilha a casa

- Sim
- Não

34. Se partilha casa com quem

- Familiares
- Amigos portugueses
- Amigos estrangeiros
- Outros
- NS/NR

\* 35. Com quem mais se relaciona no país estrangeiro onde vive ( Grau de relacionamento: 1 nenhum relacionamento e 10 elevado relacionamento)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Colegas de trabalho imigrantes portugueses	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Colegas de trabalho imigrantes de outras nacionalidades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Colegas de trabalho naturais do país onde vive	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Colegas de curso imigrantes portugueses	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outros portugueses	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outros estrangeiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

\* 36. No estrangeiro é membro de alguma associação, clube ou instituição cultural

- Sim  
 Não

37. Se sim assinale quais

- Profissional  
 Desportiva  
 Cultural  
 Outro

\* 38. Como se considera no país de acolhimento

- Como Imigrante  
 Como Português  
 Como Europeu  
 Como Cidadão do mundo  
 Como Expatriado

\* 39. Como se sente no país de acolhimento

- Muito bem
- Bem
- Razoavelmente
- Mal
- Muito mal
- NS/NR

\* 40. Relação com entidades oficiais Portuguesas( Embaixada e Consulado)

	Muito	Pouco	Nada	NS/NR
Frequência de contactos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Grau de satisfação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



## 5. Regresso a Portugal

### \* 41. Prazo previsto de regresso

- 1 ano
- 2 a 4 anos
- 5 a 9 anos
- 10 a 14 anos
- 15 a 19 anos
- mais de 20 anos
- Sem prazo previsto

### 42. Motivações para o regresso ( Grau de importância : 1 nada importante e 10 muito importante)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Maior segurança em Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dar apoio à família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter surgido oportunidade de trabalho atrativo em Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A melhor qualidade de vida em Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maior facilidade na educação dos filhos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

\* 43. Situações que condicionam o regresso a Portugal ( Grau de importância : 1 nada importante e 10 muito importante)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A crise económica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os baixos salários praticados em Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A dificuldade de conseguir trabalho compatível com a formação académica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A falta de perspectivas de carreira profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A dificuldade em levar a família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## 6. Formação e atividade profissional dos Pais

### \* 44. Nível de instrução dos Pais

	1º ciclo do Ensino básico/1º, 2º, 3º e 4º anos	2º ciclo do Ensino básico/ 5º e 6º anos	3º ciclo do Ensino básico/ 7º, 8º e 9º anos	Ensino secundário/10º, 11º e 12º anos	Curso comercial ou equivalente	Ensino superior	NS/NR
Pai	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mãe	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### \* 45. Atividade profissional do Pai

### \* 46. Atividade profissional da Mãe

## 7. Caraterização

\* 47. Idade

\* 48. Sexo

M

F

\* 49. Situação Familiar

Solteiro

Casado / União de facto

Divorciado / Separado

Viúvo

NS/NR

\* 50. Se é casado/a/união de facto

Com portuguesa/português

Com estrangeira/o

NS/NR

\* 51. N° de filhos

0

1

2

3

> de 3

NS/NR

\* 52. Distrito de residência em Portugal antes de emigrar

- Aveiro
- Beja
- Braga
- Bragança
- Castelo Branco
- Coimbra
- Évora
- Faro
- Guarda
- Leiria
- Lisboa
- Portalegre
- Porto
- Santarém
- Setúbal
- Viana do Castelo
- Vila Real
- Viseu
- Madeira
- Açores
- Outro

\* 53. Formação académica

Área da Licenciatura	<input type="text"/>
Ano de conclusão	<input type="text"/>
Estabelecimento de ensino	<input type="text"/>

\* 54. Formação superior complementar

	Não tem	Concluída	A frequentar
Pós-Graduação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mestrado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Doutoramento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## 8. Agradecimentos

Muito obrigado pela sua preciosa colaboração.

**José Costa Martins**  
**joscostamartins50@gmail.com**

## ANEXO C

### Grupos de questões que integram o questionário

**Grupo 1:** Ida para o estrangeiro: Com informação sobre o ano de partida, o país de destino, as razões de saída de Portugal, organização da saída, antecedentes de emigração na família, mudanças de país após a 1ª saída e país e cidade de residência no estrangeiro;

**Grupo 2:** Ligações com Portugal: sobre o nº médio de deslocações a Portugal, os meios de comunicação utilizados, a frequência de comunicações, os investimentos feitos em Portugal e no estrangeiro e respetivos montantes e a regularidade de envio de remessas;

**Grupo 3:** Integração no país estrangeiro: relativo às dificuldades de integração no país de acolhimento, à situação profissional, aos rendimentos, à ocupação do tempo livre, ao tipo de relacionamento com os colegas de trabalho, com os outros portugueses, e com as entidades oficiais portuguesas e ao modo como se considera e se sente no estrangeiro;

**Grupo 4:** Regresso a Portugal: com o prazo previsto de regresso, as motivações para o regresso e as situações que o condicionam;

**Grupo 5:** Formação e atividade profissional dos pais, em que se pretende conhecer o nível de instrução dos pais e a respetiva atividade profissional;

**Grupo 6:** Caracterização: com informação relativa à idade, sexo, situação familiar, nº de filhos, distrito de residência em Portugal antes de partir, formação académica e formação superior complementar.



## **ANEXO D**

### **Divulgação do questionário**

O inquérito por questionário foi enviado:

A cerca de 80 emigrantes qualificados, cujos endereços de mail foram facultados pelos próprios ou por amigos seus;

À Reitoria do ISCTE;

Ao Observatório da Emigração ( OEm);

À Associação de Pós-Graduados Portugueses na Alemanha (ASPPA);

À Associação de Diplomados Portugueses em França (AGRAFr);

À Associação de Investigadores e Estudantes Portugueses no Reino Unido ( PARSUK);

À Direção do programa “ Os Portugueses no Mundo “ da Rádio Televisão Portuguesa;

À Embaixada de Portugal em Berna;

À Embaixada de Portugal em Londres;

À Embaixada de Portugal na Alemanha;

À Embaixada de Portugal em Madrid.

## **ANEXO E**

### **As trinta e três questões do questionário que estão tratadas**

Ano de partida;

País de destino;

Razões de saída de Portugal;

Casos de antecedentes de emigração na família;

Mudou de país estrangeiro após a 1ª saída;

Nº médio de deslocações a Portugal por ano;

Meios de comunicação utilizados;

Frequência de comunicações com Portugal;

Regularidade de envio de remessas para Portugal;

Partida;

Dificuldades de integração no país estrangeiro;

Situação profissional;

Atividade profissional;

Dimensão da empresa;

Rendimentos anuais;

Ocupação de tempos livres no país estrangeiro;

Partilha de casa;

Como se considera no país de acolhimento;

Como se sente no país de acolhimento;

Relação com entidades oficiais portuguesas;

Prazo previsto de regresso;

Motivações para o regresso;

Condicionantes para o regresso;

Nível de instrução dos pais;

Atividade profissional do pai;

Atividade profissional da mãe;

Idade;

Sexo;

Situação familiar;

Nº de filhos;

Distrito de residência antes de emigrar;

Formação académica;

Formação superior complementar.

## **ANEXO F**

### **Tabela das áreas de licenciatura dos inquiridos**

1. Ciências;
2. Saúde;
3. Tecnologias;
4. Agricultura e Recursos Naturais;
5. Arquitetura, Artes Plásticas e Design;
6. Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores;
7. Direito, Ciências Sociais e Serviços;
8. Economia, Gestão e Contabilidade;
9. Humanidades, Secretariado e Tradução;
10. Educação Física, Desporto e Artes de Espetáculo.

## **ANEXO G**

### **Tabela da atividade profissional dos inquiridos**

1. Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos;
2. Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins;
3. Profissionais de saúde;
4. Professores;
5. Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais;
6. Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC);
7. Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais;
8. Técnicos e profissões de nível intermédio;
9. Pessoal administrativo;
10. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores;
11. Trabalhadores não qualificados;
12. Investigadores e estudantes do ensino superior;
13. Outros.

## ANEXO H

### Tabela da atividade profissional do Pai dos inquiridos

0. Profissionais das Forças Armadas;
1. Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos;
2. Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins;
3. Profissionais de saúde;
4. Professores;
5. Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais;
6. Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais;
7. Técnicos e profissões de nível intermédio;
8. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores;
9. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta;
10. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices;
11. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem;
12. Investigadores e estudantes do ensino superior;
13. Outros;
14. Reformados.

## ANEXO I

### Tabela da atividade profissional da Mãe dos inquiridos

1. Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos;
2. Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins;
3. Profissionais de saúde;
4. Professores;
5. Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações públicas e comerciais;
6. Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais;
7. Técnicos e profissões de nível intermédio;
8. Pessoal administrativo;
9. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores;
10. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta;
11. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices;
12. Trabalhadores não qualificados;
13. Outros;
14. Reformados.